

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 040/2024
Data: 10/05/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
NÃO QUERO LEVANTAR DA CAMA!.....	4
FALTA DE MÃO DE OBRA E CAPACITAÇÃO ATRAPALHA O SETOR PORTUÁRIO	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	7
PE APOSTA NA TECNOLOGIA CHINESA PARA CONSERVAR R\$ 17 BI EM ESTRADAS.....	7
AO LADO DE LIRA E RENANS, LULA AUTORIZA OBRAS DO CANAL DO SERTÃO EM AL	9
PORTO DIGITAL: SAIBA TUDO SOBRE A VISITA DOS MINISTROS CAMILO E LUCIANA	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	12
ANTAQ É PONTO DE COLETA DE DOAÇÕES PARA VÍTIMAS DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL.....	12
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	14
DRAGAGEM - PORTO DE SUAPE AUMENTA COMPETITIVIDADE COM DRAGAGEM DO CANAL EXTERNO	14
GOVERNO FEDERAL DEBATE SOBRE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS NOS PORTOS DA BAHIA.....	15
CDFMM - CONSELHO DIRETOR APROVA R\$ 3,44 BILHÕES PARA APOIO FINANCEIRO DE PROJETOS COM RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE.....	15
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	16
COMITIVA DO CATAR SE REÚNE COM SECRETÁRIOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PARA CONHECER CARTEIRA DE PROJETOS	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – UMA MALHA EMERGENCIAL AÉREA PARA O RIO GRANDE DO SUL	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	18
<i>Reconstrução</i>	18
<i>Doações</i>	18
<i>Apoio psicológico</i>	18
<i>Voos 1</i>	18
<i>Voos 2</i>	18
NACIONAL - MPOR ANUNCIA MALHA AÉREA EMERGENCIAL PARA ATENDER O RS.....	18
NACIONAL - GOVERNO ANUNCIA PACOTE DE MEDIDAS E R\$ 51 BI PARA SUPORTE AO RS	20
NACIONAL - QUATRO AEROPORTOS DO RS OPERAM SEM RESTRIÇÕES, APONTA MPOR	23
NACIONAL - BE NEWS DIVULGA AÇÕES DE EMPRESAS E ENTIDADES EM PROL DO RS	24
NACIONAL - AVIÃO DA LATAM TRANSPORTA 7 TONELADAS DE DOAÇÕES PARA O RIO GRANDE DO SUL	25
NACIONAL - CEO DO BRASIL EXPORT SE REÚNE COM DIREÇÃO DA AEROPORTOS DO BRASIL	25
REGIÃO SUL - LEITE VAI PROPOR À UNIÃO SUSPENSÃO DA DÍVIDA E CRIAÇÃO DE FUNDO	26
MERCOSUL - TRENS BATEM EM BUENOS AIRES E DEIXAM PELO MENOS 60 FERIDOS	28
NACIONAL - VITRINE	29
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	30
REFINARIA DE MANAUS É INVESTIGADA POR NÃO ENTREGAR DADOS DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS	30
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: PETROBRAS VAI PRODUZIR MENOS PETRÓLEO NAS PRÓXIMAS DÉCADAS.....	31
JORNAL O GLOBO – RJ	33
PETROBRAS ANUNCIA NOVO MODELO DE VENDA A DISTRIBUIDORAS PARA REDUZIR PREÇO DO GÁS EM ATÉ 10%	33
ÁGUAS DO BRASIL, QUE ASSUMIU CONCESSÃO DE TERESÓPOLIS, CRESCE 11% E ENCOSTA EM R\$ 2 BI	34
COM ALTA EM MEDICAMENTOS E ALIMENTOS, INFLAÇÃO ACELERA PARA 0,38% EM ABRIL.....	35
GOVERNO RECUPEROU R\$ 2 BI DE VERBAS DE EMENDAS, MUITO POUCO DIANTE DE MAIS DE R\$ 50 BI DO ORÇAMENTO EM MÃOS DO CONGRESSO	37
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	38
OPINIÃO - O CÍRCULO VICIOSO DE LULA: PRESIDENTE TEM ATUADO DE FORMA DESESTABILIZADORA	38
CUSTO DO TRABALHO: EMPRESAS PAGAM EM ENCARGOS MAIS DE 100% DO VALOR DOS SALÁRIOS NO BRASIL	39
SE DIVISÃO DO COPOM NÃO FOR EXPLICADA, HAVERÁ CONSEQUÊNCIAS PARA INFLAÇÃO E PIB, DIZ SCHWARTSMAN	43
‘BRASIL É CAMPEÃO EM ONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS’, DIZ ECONOMISTA DA FGV	46
GOVERNO AUTORIZA IMPORTAÇÃO DE ATÉ 1 MILHÃO DE TONELADAS DE ARROZ APÓS INUNDAÇÕES NO RS.....	48
SABESP ESPERA QUE PRIVATIZAÇÃO OCORRA EM JUNHO, DIZ PRESIDENTE DA COMPANHIA	49
CÂMARA DEFENDE DESONERAÇÃO DA FOLHA NO STF APÓS ACORDO ANUNCIADO POR HADDAD.....	49



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 040/2024
Página 3 de 62
Data: 10/05/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

VALOR ECONÔMICO (SP).....	51
PROMESSA DE PROTAGONISMO PARA O HIDROGÊNIO VERDE	51
FORNECEDORES VEEM G-20 E COP30 COMO MOMENTOS ÚNICOS PARA O PAÍS.....	53
EÓLICA OFFSHORE IMPULSIONA O FUTURO ENERGÉTICO DO PAÍS	56
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	59
FOLHA DE PAGAMENTO DE 17 SETORES SERÁ REONERADA A PARTIR DE 2025	59
"NAVIO TERÁ MULTA SE NÃO DESCARBONIZAR COMBUSTÍVEL", ALERTA MERCADANTE.....	60
AERONAVES PRIVADAS DE SÃO PAULO LEVAM 2,5 TONELADAS DE DOAÇÕES AO RS	61
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	62
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	62



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

NÃO QUERO LEVANTAR DA CAMA!

Em nosso universo portuário é muito comum ocorrerem adversidades

Por: *Roberto Teller*



Foto: Carlos Nogueira/Arquivo AT

Em nosso universo portuário é muito comum ocorrerem adversidades, então vou falar de uma que ocorre frequentemente: mau tempo. Imaginem hipoteticamente que a Capitania dos Portos emitiu um aviso aos navegantes ontem, quinta-feira, alertando que um Furacão Extra Tropical passará no Porto de Santos desta sexta até domingo, com ondas de dois metros e ventos de 30 nós; sendo necessário fechar a barra, ou seja, nenhum navio poderá atracar ou desatracar e

circular pelo canal nestes 3 dias.

Isto criará um desequilíbrio no sistema portuário de Santos, afetando inclusive outros portos, uma vez que os ciclos de viagens dos navios serão impactados, modificando assim o chamado Line-Up de cada terminal.

A área de fundeio receberá mais navios em fila do que o normal e cada terminal terá de lidar com suas contingências (que trataremos através de outro artigo sobre planejamento) e passará por um período de estresse e muita pressão por parte dos seus clientes naturalmente.

Terminais de contêineres deverão replanear todas as suas atracações e produtividades dos navios de forma a minimizarem os impactos deste atraso e filas; os Terminais de Granéis Sólidos terão de lidar com provavelmente mais uma variável que é a continuidade do mau tempo mesmo após a liberação do canal pois não podem operar com tempo chuvoso devido ao manuseio com os grãos, além da enorme pressão logística pelo abastecimento que atrasará; os Terminais de Líquidos serão pressionados pelo abastecimento da mesma forma, que poderia gerar um caos no abastecimento de combustível ou produtos químicos com estoques dimensionados no limite; finalmente os berços públicos que recebem navios de carga geral poderiam impactar atrasos consideráveis no recebimento, por exemplo de fábricas a serem montadas com prazos apertados.

Numa situação hipotética como a exposta, quantas vezes alguém já se deparou com a afirmação “Não quero levantar da cama”, por estar esgotado, cheio, estressado, nervoso, deprimido, cansado, pressionado ou outro motivo?

Vamos falar um pouco de propósito, segundo as definições. O dicionário Oxford apresenta a palavra propósito, substantivo masculino, com os seguintes significados: 1 - intenção (de fazer algo); projeto, desígnio; 2 - aquilo que se busca alcançar; objetivo, finalidade, intuito.

Segundo Simon Sinek - autor do livro *Comece pelo Porque*: “na camada central do Círculo de Ouro, Simon Sinek deixou o porquê, que nada mais é que o propósito do seu negócio, da sua iniciativa ou empreendimento”.

Muitas vezes depositamos nossas frustrações nas empresas em que trabalhamos ou nos líderes que nos orientam em nossos caminhos, quando na verdade estamos ainda desconectados do nosso propósito e não sabemos exatamente onde queremos chegar.

Como a famosa frase de Lewis Carrol, autora de Alice no País das Maravilhas: para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve...

Estabelecer um propósito é definir o que nos impulsiona, o que dá sentido e direção à nossa vida, de alguma maneira responder a pergunta do porque estamos aqui e levantamos de nossas camas, conectados a tudo que fazemos em nossas vidas pessoais e profissionais!

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/05/2024

FALTA DE MÃO DE OBRA E CAPACITAÇÃO ATRAPALHA O SETOR PORTUÁRIO

Dificuldade para o serviço de cabotagem também foi tema, nesta quarta (8), do Encontro Porto & Mar
Por: Ted Sartori



Foto: Matheus Tagé/ AT

A falta de mão de obra e a capacitação dos marítimos foram alguns dos temas debatidos por especialistas ligados ao setor portuário, em sua maioria colonistas de A Tribuna, com os integrantes do painel envolvendo cabotagem, dentro do Encontro Porto & Mar. O evento foi promovido pelo Grupo Tribuna e realizado, ontem, no auditório da Receita Federal, em Santos.

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luís Resano, revelou que um estudo encomendado à Fundação Vanzolini mostrou que a falta de mão de obra de marítimos até 2030 pode variar de 4 mil a 10 mil. “Infelizmente, a Marinha trabalhou por anos com a teoria do pleno emprego, o que gerou esse déficit. Não vamos formar esses marítimos em tempo. Precisamos de ação por parte da Marinha”, sentencia.

Secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Batista chama a atenção para a certificação exigida pela Marinha, que precisaria ser revista. “Uma coisa é formar um comandante lato sensu e outra é formar um comandante de um petroleiro. O mercado é muito mais dinâmico. Tem que aprofundar com a Marinha não só a formação dos marítimos, mas a continuidade da carreira deles”.

Resano também comentou que a indústria naval brasileira é inexistente para atender à cabotagem. “Todo mundo quer vender tecnologia, parece que é como vender espelhinho. Infelizmente, nos colocamos nessa posição. Falo isso com tristeza. Da arrecadação do adicional de frete, 3% vão para o Fundo de Ciência e Tecnologia, para um comitê que desenvolve tecnologia da área aquaviária. Sabe quanto tem sido gasto? Nada. Temos recursos, podemos investir, mas precisamos que sejam mais efetivos”, emenda o diretor-executivo da Abac.

Energia, carga e hidrovias

A busca por energias renováveis, tanto nas embarcações quanto nos portos, foi abordada pelo secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Batista.

“Estamos neste grande debate internacional para viabilizar nossas teses que envolvem o etanol e diversas outras coisas, com discussões de geopolítica e geoeconomia envolvidas. Nem todo mundo está preocupado com meio ambiente e descarbonização, mas para vender tecnologia”, afirma.

Vice-presidente da Log-In Logística Intermodal, Marcos Voloch, ainda vê como algo possível o compartilhamento de cargas por navios, embora, ao mesmo tempo, utópico.

“Por mais que esteja sendo condenado no Cade ou em demais autoridades de competição ao redor do mundo, os VSAs (vessel sharing agreement) estão cada vez mais sendo impossibilitados. Agora, do ponto de vista operacional, é uma ferramenta sensacional. Seria um compartilhamento do pool de navios. Seria uma solução interessante, por mais utópica que seja”.



As hidrovias também não foram esquecidas no debate. “Queremos a infraestrutura. Se vierem os custos adicionais, que eles sejam para isso. O usuário da cabotagem quer pontualidade, confiabilidade e segurança na carga”, lembra Resano. “Um dos grandes projetos que estamos tocando é o de concessões hidroviárias. Vai ser um divisor de águas, com o perdão do trocadilho, para perenizar todas as atividades necessárias para transformar um rio navegável em uma hidrovia”, emenda Batista.

Sucesso

Consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna e mediador do encontro, Maxwell Rodrigues valorizou o alto nível dos debates. “Um evento como esse consegue proporcionar, mais uma vez de forma muito assertiva pelo Grupo Tribuna, um debate riquíssimo, de uma maneira extremamente técnica”.

O diretor Comercial do Grupo Tribuna, Demetrio Amono, destacou a vanguarda do Grupo Tribuna na discussão de temas, como no evento de ontem: a cabotagem e a descarbonização. “Não poderia ser mais oportuno trazer essas agendas e mergulhar nesses dois assuntos atuais”, comenta.

Investimentos

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Batista, espera que o apetite de investimentos da iniciativa privada siga firme na cabotagem. É a resposta à pergunta que deu título à palestra dele no Encontro Porto & Mar: A Cabotagem - O que o Governo Espera do Mercado?

“Vamos finalizar a regulamentação da BR do Mar e, com ela, o mercado vai ter todas as condições de fazer as suas contas e avaliar os diversos modelos de negócio possíveis na cabotagem. Não temos dúvida nenhuma de que a cabotagem brasileira faz sentido não só para o País, mas enquanto negócio. O que a gente espera realmente da iniciativa privada é que eles façam as contas e invistam no Brasil”, afirma.

Batista deixou claro que a cabotagem brasileira tem de ser feita por brasileiros, independentemente da bandeira da embarcação. “Mitigar as influências internacionais na cabotagem vai acontecer quando cada vez mais essa navegação for brasileira, feita por brasileiros. Na de contêineres isso já é feito e, talvez, seja um dos motivos de termos estabilidade de preços e de operações, algo que não acontece em outros segmentos da cabotagem”, justifica.

O secretário também valorizou o Encontro Porto & Mar como momento de se ouvir e de se trocar ideias. “É fundamental que tenhamos essa porta de contato, para termos condições de aperfeiçoar a política pública em Brasília e tomarmos as decisões corretas”.

Descarbonização

A diretora-executiva do Instituto E+ Transição Energética, Rosana Santos, acredita que o Porto de Santos e o estado de São Paulo possam liderar uma cadeia de descarbonização.

“O Porto de Santos é o maior do País e do Hemisfério Sul, São Paulo é um estado extremamente industrial e tem que liderar essa neointustrialização verde. O estado de São Paulo tem muitos resíduos e pode fazer biometano (combustível renovável derivado do biogás), além de poder ter acesso a uma matriz elétrica bastante limpa. Ou seja, o estado de São Paulo tem tudo para liderar e o Porto de Santos está no estado de São Paulo”, argumenta.

O título da palestra de Rosana, realizada durante o Encontro Porto & Mar (O Brasil, a Descarbonização e as Portas para a Transição Global) não foi gratuito. Portas remetem a portos. “Parte da cadeia produtiva vai migrar para perto dos portos ou a matéria-prima ou o produto vai passar pelos portos. O Porto é aonde tudo vai acontecer”, afirma.

Além das mudanças de frota, de transporte, de segurança causadas pela descarbonização, a diretora-executiva também citou a estrutura das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações),

uma das ideias econômicas para a Baixada Santista, como um ponto de união em prol desse objetivo.

“Um conjunto de indústrias que utilizem uma mesma matriz energética - por exemplo, o biometano - ajuda para construir a infraestrutura. E é em torno dos portos que essa infraestrutura vai se desenvolver”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/05/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

PE APOSTA NA TECNOLOGIA CHINESA PARA CONSERVAR R\$ 17 BI EM ESTRADAS

Software da empresa Hikvision está em testes para ajudar na conservação do pavimento de estradas de Pernambuco

Por Luiz Filipe Freire



Equipamento está em testes e teve precisão de 90% na captação de falhas do pavimento. Foto: Hikvision/Reprodução

O Governo de Pernambuco está apostando na tecnologia para conservar R\$ 17,5 bilhões em ativos de estradas. Uma parceria com a empresa chinesa Hikvision está viabilizando testes que permitem monitorar a condição do pavimento em nove mil quilômetros de rodovias. O objetivo da medida é fazer com que o poder público tenha uma fotografia mais precisa e recente dos pontos mais degradados da malha viária, o que vai embasar decisões mais assertivas no investimento de recursos.

Conforme o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), o projeto funciona com uma câmera panorâmica acoplada a um veículo, que trafega a até 100 km/h para que sejam captadas imagens das falhas do pavimento. “Já fizemos os primeiros testes e a equipe está muito animada, porque a precisão desse equipamento foi de 90%. Então, pretendemos passar essa ferramenta por todas as rodovias do estado e usar esse material para subsidiar decisões”, disse o presidente do DER, Rivaldo Melo, em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe).



Uso da tecnologia permite que o poder público tome decisões mais assertivas sobre onde investir recursos públicos. Foto: Hikvision/Reprodução

Ainda segundo o executivo, a tecnologia vai ajudar o órgão a priorizar a realização de obras a partir de outros fatores que também precisam ser considerados, como a importância econômica de uma rodovia para determinada região. “Com os dados que receberemos, onde tivermos o pior pavimento, vamos considerar também variáveis como volume de tráfego, importância econômica, contexto social e, a partir disso, construir uma matriz de priorização para o governo tomar decisões. Temos R\$ 1 bilhão para investir em rodovias, está na LOA [Lei Orçamentária Anual], mas temos que otimizar esse recurso”, completou.

Pernambuco tem rodovias entre as piores do Brasil

A conservação de rodovias não é um ponto forte de Pernambuco, estado que vem tendo lugar cativo em levantamentos sobre as piores estradas brasileiras. Na edição de 2023 da Pesquisa CNT Rodovias, da Confederação Nacional dos Transportes, a PE-096 e a PE-126, ambas na Mata Sul, apareceram na lista, repetindo uma má performance que já havia sido registrada no levantamento de 2022. Na ocasião, a Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco informou que as duas rodovias haviam passado por manutenção e eram objeto de análise para uma restauração completa do pavimento.

Durante a audiência pública, o presidente do DER avaliou que os investimentos nas rodovias estaduais de Pernambuco foram, em média, de R\$ 260 milhões por ano na última década, o que, segundo ele, é “muito pouco” e contribuiu para que “houvesse uma degradação muito rápida da malha viária”. “O patrimônio estimado do DER em estradas é de R\$ 17,5 bilhões. É um desafio gigante, por conta do tamanho desse patrimônio, fazer com que ele tenha uma trafegabilidade razoável”, declarou.

Além disso, como o portal Movimento Econômico mostrou em abril, a demora para tirar do papel obras estruturadoras tem afetado polos econômicos, a exemplo do gargalo existente na BR-101, em Abreu e Lima, que trava o escoamento da produção do Polo Automotivo de Goiana. O trecho é operado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e foi alvo da promessa de que seria desafogado com a implantação do Miniarco pelo Governo de Pernambuco, solução nunca concretizada. Já o Arco Metropolitano, depois de dez anos de espera, teve a licitação do eixo sul, o primeiro trecho das obras, anunciada ainda para o primeiro semestre de 2024.



PE-265, em Sertânia, é uma das rodovias estaduais com obras da gestão estadual. Foto: Governo de Pernambuco/Arquivo

Estradas: Governo diz que há 734 quilômetros em obras
Com soluções como o monitoramento móvel da conservação do pavimento e os cofres cheios, o Governo de Pernambuco diz que essa realidade tem mudado para melhor. Em 2023, a gestão estadual aportou R\$ 600 milhões em estradas, fruto da captação de recursos em operações de crédito autorizadas pela Alepe. Há 32 obras em andamento, o que inclui rodovias estaduais como a PE-15, entre Olinda e Abreu e Lima, e PE-17, em Jaboatão dos Guararapes, ambas na Região Metropolitana

do Recife, além da PE-45, entre Escada e Vitória de Santo Antão, na Mata Sul, e a PE-265, em Sertânia, no Sertão.

Rodovias federais com trechos delegados à gestão estadual também estão nessa lista, como a BR-232, que conta com R\$ 40 milhões apenas em conservação e já apresenta melhora no pavimento entre Jaboatão dos Guararapes e Vitória de Santo Antão e também em Gravatá, no sentido Recife-Caruaru. Também há obras na BR-104, no Agreste. Todas as intervenções contemplam 734 quilômetros de rodovias, além de 370 quilômetros que receberão serviços de restauração nos próximos meses.

Segundo o Governo do Estado, o índice médio do PCI – da sigla Pavement Condition Index – das rodovias pernambucanas subiu de 46 para 57 de 2023 para cá, o que indica que as intervenções realizadas já começam a surtir efeito nas condições de trafegabilidade. “Assumimos o compromisso

de destravar obras emblemáticas. É um desafio porque são nove mil quilômetros de rodovias pavimentadas em Pernambuco, 6,6 mil apenas do DER, e estamos buscando trabalhar aquelas que atendem os arranjos produtivos e que são fundamentais para os deslocamentos de grandes massas populacionais”, destacou o secretário executivo de Monitoramento, Planejamento e Gestão da Semobi, Roberto Salomão.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 10/05/2024

AO LADO DE LIRA E RENANS, LULA AUTORIZA OBRAS DO CANAL DO SERTÃO EM AL

Obras de trecho do Canal do Sertão devem receber investimentos de R\$ 565 milhões, beneficiando mais de 280 mil pessoas

Por Vanessa Siqueira



Presidente Lula autoriza obras para construção de trecho 5 do Canal do Sertão, em Alagoas. Foto: Edvan Ferreira/ Agência Alagoas

A solenidade de assinatura para início das obras do trecho 5 do canal do Sertão aconteceu na tarde desta quinta-feira (9), em São José da Tapera, Sertão de Alagoas, em meio a reunião de opositores políticos no mesmo palanque e de declarações contra polarização na ajuda aos afetados pela tragédia climática no Rio Grande do Sul.

O presidente Lula chegou ao canteiro de obras onde ocorreu a solenidade acompanhado do governador de Alagoas Paulo Dantas, do senador Renan Calheiros, dos ministros dos Transportes, Renan Filho, e Casa Civil, Rui Costa, e do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

As obras do trecho 5, no valor de R\$ 565 milhões, fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. O trecho irá se estender do km 123,4 ao km 150, abastecendo as famílias residentes nos municípios de São José da Tapera, Monteirópolis e Olho D'Água das Flores. Quando estiver totalmente concluído, o canal terá 250 km de extensão, ligando Delmiro Gouveia a Arapiraca, beneficiando mais de 280 mil alagoanos.

Importância do Canal do Sertão

Durante a solenidade, o presidente Lula destacou a importância da obra para famílias e agricultores da região que precisam de água para sobreviver. “Quando eu desci do helicóptero e vi o canal, a imagem que veio à cabeça foi quando eu tinha 7 anos, e minha mãe saiu de Garanhuns com 8 filhos no pau de arara para não morrer de fome. Então, essa imagem é muito forte explicar por que eu não nego água a quem tem sede”, disse Lula.

O governador Paulo Dantas destacou a importância da obra para melhorar a vida das pessoas que vivem no Sertão e necessitam de água para produzir e manter o consumo de suas residências.

“As pessoas que estão aqui vão ter a oportunidade de preparar seu currículo e conseguir um emprego, e a roda da economia vai movimentar, o que vai gerar outros tantos empregos indiretos. É o Brasil crescendo de um lado e Alagoas crescendo e dando orgulho do outro”, afirmou.

Solidariedade ao RS longe de polarização política

Um dos temas que entrou no discurso de boa parte dos gestores ao longo da solenidade foi o apoio às vítimas do Rio Grande do Sul e a necessidade de afastar questões políticas em um momento tão delicado para todo o estado.

Durante seu discurso, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, falou que está empenhado, junto aos presidentes do Senado e Tribunal de Contas, em auxiliar o Governo Federal nas ações de resgate e reconstrução das cidades severamente atingidas pelas chuvas.

“Começamos uma semana deixando a polarização em suspenso quando o senhor [presidente Lula] convidou o presidente da Câmara, do Senado e do TCU para todos juntos irmos ao Rio Grande do Sul cuidar das vítimas que sofrem com o desastre ambiental. E a polarização no país deu uma trégua sob seu comando para que todos os poderes, independente de eleições passadas e futuras, pudessem se unir para ajudar nossos irmãos do Sul. Hoje estamos aqui no Sertão de Alagoas para dar ordem de serviço ao quinto trecho de uma obra que tem o maior desafio que é dar dignidade e vida ao pequeno produtor, ao sertanejo, à dona de casa que precisa produzir e plantar para dar subsistência a sua família”, disse.



Evento do Canal do Sertão reuniu ministros, secretários de estado e parlamentares no interior de Alagoas. Foto: Edvan Ferreira/ Agência Alagoas

O ministro dos Transportes, Renan Filho também falou do poder de reação do presidente Lula em prestar socorro ao estado afetado e falou da solidariedade do povo nordestino em se mobilizar em tragédias em outras regiões do país.

Já o presidente Lula falou que não medirá esforços para mobilizar o Governo Federal para prestar ajuda necessária ao estado e municípios afetados. “A dois dias, eu estava no Rio Grande do Sul chorando o maior desastre climático que temos conhecimento. São quase 400 cidades inundadas. Fui para lá para mostrar que nossas divergências na época de eleição não valem nada. A gente tem que cuidar do povo desse país e mostrar solidariedade”, afirmou.

Rivalidades políticas deixadas de lado

A vinda do presidente Lula também deixou claro que ele não mede esforços em aglutinar campos políticos opostos. Isso ficou evidente com a junção do grupo político do senador Renan Calheiros e do deputado Arthur Lira no mesmo evento.

Em seu discurso, Lula destacou que Lira tem sido um grande aliado e foi peça fundamental durante o período de transição de governo. Ele também destacou seu apoio na defesa das pautas governistas na Câmara dos Deputados.



Presidente Lula visita canteiro de obras do Canal do Sertão, em São José da Tapera. Foto: Thiago Sampaio/Agência Alagoas

Em contrapartida, o presidente não economizou elogios ao governador de Alagoas, ao senador Renan e os ministros Rui Costa e Renan Filho, além de criticar duramente a polarização política no Brasil.

“Quando eu fui eleito, me disseram que eu ia ter dificuldade em governar porque o Arthur Lira tinha sido eleito presidente da Câmara. No meu primeiro mandato tive um alagoano [Renan Calheiros] que me ajudou muito no Senado. E quis Deus que eu tivesse outro alagoano agora na Câmara para me ajudar. Foi ele que coordenou junto com o Rui Costa e o Haddad a PEC da transição, que permitiu que a gente tivesse dinheiro para governar em 2023 e anunciar o PAC no ano passado. Agradeço ao Lira e ao Pacheco, porque até hoje não fizemos um projeto de interesse do governo que fosse derrotado na Câmara. Mostra que nossas diferenças ideológicas não são levadas em contas com interesses maiores”, destacou Lula.

Arthur Lira começou seu discurso em meio a vaias do público, mas deixou claro que não esconde seus posicionamentos políticos e citou que a Câmara aprovou, sob sua presidência, projetos importantes do governo. Ele aproveitou ainda para falar da expectativa de inaugurar um perímetro de irrigação de 10 mil hectares entre os municípios de São José da Tapera e Senador Rui Palmeira, orçado em R\$ 2,3 bilhões. “Estamos terminando os estudos e espero que o senhor tenha a honra de vir dar esse presente aos alagoanos”, disse.

Renan Calheiros criticou a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro e afirmou que Lula trouxe de volta o “federalismo e a institucionalidade ao Brasil”. “Alagoas durante os últimos seis anos resistiu firmemente, fez o dever de casa, e durante o tempo que não recebeu um centavo em obras estruturantes do Governo Federal, se transformou no estado que mais investiu recursos próprios do Brasil. Sua volta é a certeza que os investimentos vão continuar e a vida do povo vai melhorar”, disse o senador.

A agenda do presidente em Alagoas segue nesta sexta-feira (10) com a entrega de um residencial do Minha Casa, Minha Vida na Orla Lagunar, em Maceió.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 10/05/2024

PORTO DIGITAL: SAIBA TUDO SOBRE A VISITA DOS MINISTROS CAMILO E LUCIANA

Confira os bastidores da agenda dos ministros da Educação e Ciência Tecnologia ao Porto Digital e o que essa conversa pode gerar de parcerias para o ecossistema

Da Redação ME



Porto Digital: ministros conheceram iniciativa pioneira de formação de profissionais em tecnologia, voltada para a inclusão social /Foto: PD

O Porto Digital, um dos ecossistemas de tecnologia e inovação mais importantes do país, recebeu, nesta quinta-feira (9), a visita dos ministros Camilo Santana (Educação) e Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovações). Também participaram do encontro, o prefeito do Recife, João Campos, e o deputado federal Pedro Campos (PSB)

O presidente do PD, Pierre Lucena, fez uma apresentação para os ministros sobre os programas de formação de capital humano na área de tecnologia, nicho em que o Porto Digital é uma referência no Nordeste, num cenário de falta de profissionais especializados no Brasil.

Um dos eixos da atuação do Porto Digital é trabalhar a capacitação de pessoas numa perspectiva inclusiva. Uma das iniciativas de sucesso, nesse formato é o Embarque Digital, um dos programas destacados na conversa com os ministros.

Trata-se de uma iniciativa pioneira na área de formação tecnológica e que oferece bolsas de estudo por meio da Prefeitura do Recife.

O programa busca capacitar estudantes da rede municipal de ensino que desejem aprimorar suas habilidades em diversos ramos da tecnologia. “Preparamos profissionais que vão estar prontos para os desafios do mercado de trabalho de agora e do futuro”, explicou Pierre Lucena.

Não é só na medicina: Porto Digital também tem residência

O Embarque Digital oferece, atualmente, os cursos de “Análise e Desenvolvimento de Sistemas” e “Sistemas para Internet”. Uma das disciplinas ofertadas semestralmente na grade desses cursos é a Residência Profissional Tecnológica, focada na vivência prática dos conteúdos trabalhados em aula.



“Os estudantes têm a oportunidade de desenvolverem soluções para desafios reais e ficam em contato permanente com empresas que podem ser suas futuras empregadoras”, afirma o presidente.

Porto Digital e ministérios visam estreitar relacionamento

Durante a visita, os ministros puderam interagir com alguns dos beneficiados pelo programa, além de discutir futuras colaborações entre suas pastas e o Porto Digital.

“Vamos focar na demanda do mercado de trabalho, que é formar os profissionais que estão faltando. É através da educação que podemos mudar o Brasil, com iniciativas como o Embarque Digital”, comentou Camilo Santana.

Pierre Lucena ressaltou a importância do apoio governamental para a expansão e o sucesso de programas educacionais inovadores como o ED. “Com parcerias sólidas, podemos ampliar nosso alcance e impacto, oferecendo mais oportunidades para nossos jovens talentos”, afirmou.

O prefeito João Campos reforçou o compromisso da cidade do Recife com a inovação e a educação tecnológica.

“Temos uma quantidade imensa de jovens que têm aptidão, mas não entram na área de tecnologia porque não têm acesso, não tem vaga pra eles. O que a gente precisa é de política pública para pessoas de baixa renda que não conseguem acessar as vagas nas universidades públicas. E o Embarque Digital é uma solução para esse desafio”, concluiu Campos.

De acordo com o Porto Digital, “essa visita [dos ministros] marca um momento de reconhecimento e potencial ampliação do programa Embarque Digital, que se consolida como modelo de sucesso em educação, inovação e inclusão no Brasil.”

O que é o Porto Digital?

O Porto Digital é o maior e mais relevante parque tecnológico urbano da América Latina. O ecossistema teve um crescimento de 14% no faturamento em 2023, quando alcançou a marca alcançou de R\$ 5,4 bilhões em receita de produtos e serviços.

O cluster de tecnologia e inovação tem atualmente 415 empresas instaladas, responsáveis pela geração de 18,4 mil empregos. Inicialmente concentrado na Zona Portuária do Recife, o PD vem avançando para outros bairros do centro expandido da capital.

Quanto à atuação, além de negócios e formação de capital humano, o Porto Digital também trabalha na incubação e aceleração de start ups e no fortalecimento de sua comunidade, integrada atualmente por 300 startups cadastradas.

Outro vetor de ação importante do ecossistema é sustentabilidade e inclusão social, com uma presença relevante nas comunidades de baixa renda do bairro do Recife.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 10/05/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ É PONTO DE COLETA DE DOAÇÕES PARA VÍTIMAS DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

Donativos serão arrecadados no edifício sede da ANTAQ, na Asa Norte, em Brasília (DF), das 8h às 18h. Iniciativa é uma parceria com o MPor



Brasília, 10/05/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), em solidariedade às vítimas das enchentes que assolam o estado do Rio Grande do Sul, destinou um espaço no hall de seu edifício sede, na SEPN Quadra 514 Conjunto E Edifício ANTAQ, Asa Norte, em Brasília-DF, para servir como ponto de coleta de doações.

As doações serão aceitas durante o mês de maio, ou até que seja necessário, das 08h às 18h, na ANTAQ Sede. O objetivo é apoiar as campanhas de arrecadação em prol da população gaúcha afetada pelo desastre natural.

Eis a lista de doações:

- **Água potável**
- **Alimentos não perecíveis**
- **Kit de Higiene pessoal**
- **Fraldas infantis**
- **Fraldas geriátricas**
- **Roupas íntimas**
- **Ração animal**

***Esses itens foram definidos como prioritários pela Defesa Civil

A iniciativa é uma parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). As doações serão entregues à Força Aérea Brasileira (FAB), que está coordenando uma força-tarefa para transportar e garantir o recebimento das contribuições destinadas ao RS.

De acordo com informações da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, as chuvas afetaram quase 2 milhões de pessoas em 437 municípios do estado. Até o momento, cerca de 337.346 pessoas estão desalojadas, enquanto 70.772 encontram-se acolhidas em abrigos. Além disso, foram registrados cerca de 116 óbitos, 756 feridos e 143 pessoas consideradas desaparecidas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 10/05/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

DRAGAGEM - PORTO DE SUAPE AUMENTA COMPETITIVIDADE COM DRAGAGEM DO CANAL EXTERNO

Com a profundidade de 20 metros, o Porto de Suape atinge um marco significativo em busca por maior eficiência operacional



Complexo Industrial Portuário de Suape - Foto: Suape

Nesta semana, o Porto de Suape concluiu mais uma etapa crucial da dragagem do seu canal externo, abrindo caminho para uma nova fase que envolve o balizamento do canal e a homologação da profundidade pela Marinha do Brasil.

Com a profundidade, agora atingindo 20 metros, o porto alcança mais eficiência operacional e competitividade na região nordeste do Brasil. O

complexo, já o sexto maior atracadouro público em movimentação de carga no País, registrou volume de 23.982.451 toneladas em 2023.

Com a expectativa de conclusão em três meses, essa fase permitirá que o porto receba embarcações de grande porte, como os petroleiros Suezmax, em sua capacidade máxima. A operação, realizada em quatro meses com o uso de dragas de última geração, é um testemunho do compromisso de Suape com a eficiência e a modernização.

Marcio Guiot, diretor-presidente de Suape, destacou a importância estratégica da dragagem para a infraestrutura portuária, enfatizando seu papel na potencialização das operações de graneis líquidos e no suporte à expansão da Refinaria Abreu e Lima. Com a ampliação anunciada da refinaria, que praticamente dobrará sua capacidade de refino, Suape se consolida como uma escolha portuária vital para o país.

A intervenção não apenas beneficiará os segmentos de graneis líquidos, mas também impulsionará a movimentação de outros tipos de carga, como contêineres, veículos e graneis minerais e vegetais. O planejamento integrado inclui ainda a conclusão da dragagem do canal interno até o primeiro trimestre de 2025, preparando os berços internos para receberem embarcações com carga máxima.

Renata Loyo, titular da Diretoria de Infraestrutura de Suape, reforçou que a conclusão antecipada da dragagem do canal externo, com um custo de R\$ 140 milhões e a remoção de 1.700.000 metros cúbicos de sedimentos, demonstra o compromisso de Suape com a eficiência e o cumprimento rigoroso de prazos.

O Porto

Porto de Suape é um polo industrial e logístico importante, que abriga empresas dos mais diversos setores, como petroquímica, metalurgia, automobilística, entre outros. Sua localização estratégica, infraestrutura moderna e capacidade de expansão têm contribuído para o seu crescimento e relevância no cenário econômico do Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/05/2024

GOVERNO FEDERAL DEBATE SOBRE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS NOS PORTOS DA BAHIA

Representantes do MPor, Casa Civil e PPI discutiram também sobre aumento na movimentação de cargas nos portos



Alex Sandro de Ávila, do Ministério de Portos e Aeroportos, a Diretora do Programa de Parcerias de Investimento, Amanda Seabra o Secretário Adjunto de Infraestrutura Econômica, Adailton Dias

Na última quarta-feira (8), a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) debateu sobre estratégias para fomentar a atração de investimentos e alavancar a movimentação de cargas nos portos baianos (Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus). O encontro, sediado em Salvador, contou com a presença ilustre do Secretário

Nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila, representante do Ministério de Portos e Aeroportos, juntamente com Amanda Seabra, Diretora do Programa de Parcerias de Investimento, e Adailton Dias, Secretário Adjunto de Infraestrutura Econômica, ambos do Ministério da Casa Civil.

"Na Secretaria Nacional de Portos, sob a diretriz do ministro Silvio Costa Filho, estamos empenhados em impulsionar a atração de investimentos, visando o arrendamento de novas áreas. Esta é a maneira mais eficaz de ampliar a capacidade dos portos e diversificar o leque de produtos movimentados", destacou Ávila.

O encontro reforça o compromisso conjunto em fortalecer a infraestrutura portuária da Bahia, impulsionando a economia local e regional através da atração de investimentos e do aumento da eficiência operacional dos portos.

"Estamos em constante diálogo com a equipe do Ministério dos Portos e Aeroportos, buscando alinhar estratégias que promovam o crescimento da movimentação portuária e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional", ressaltou o diretor presidente da Codeba, Antonio Gobbo

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/05/2024

CDFMM - CONSELHO DIRETOR APROVA R\$ 3,44 BILHÕES PARA APOIO FINANCEIRO DE PROJETOS COM RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

Esses projetos referem-se à construção, modernização, docagem, conversão e reparo de embarcações



- Foto: Sérgio Francês

Durante a 55ª Reunião Ordinária realizada nesta quinta-feira (9), no Ministério de Portos e Aeroportos, representantes do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) deram sinal verde para 21 projetos com investimentos de cerca de R\$ 3,44 bilhões. Os projetos aprovados serão destinados a obras de construção, modernização, docagem, conversão e reparo de embarcações.

O ministro de Portos e Aeroportos abriu a reunião e destacou que a agenda hidroviária promete não apenas eficiência no transporte, mas também integração. "Essa agenda dialoga com o meio ambiente, além de incentivar a redução dos custos logísticos operacionais, tornando-o mais competitivo", disse.

"Foram contempladas iniciativas voltadas para a ampliação, modernização e alteração de estaleiros, bem como a prorrogação de prazos para projetos de construção de embarcações", destacou o Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes.

Os resultados do ano anterior também foram apresentados durante o encontro. Em 2023, a carteira de projetos aprovados pelo CDFMM alcançou o valor de R\$ 13,77 bilhões, com R\$ 937,94 milhões já direcionados a projetos contratados. Quanto aos desembolsos, o Ministério de Portos e Aeroportos registrou um total de R\$ 796,77 milhões repassados do Fundo da Marinha Mercante para a indústria naval.

A Resolução contendo os projetos priorizados nesta reunião será publicada no Diário Oficial da União, permitindo que as empresas interessadas busquem o financiamento por meio dos agentes financeiros conveniados, que incluem o BNDES, Banco do Brasil, Caixa e Banco da Amazônia S.A.

Regulamentada pela Portaria Minfra nº 1.460/2022, que estabelece os procedimentos e regras para a concessão de prioridade pelo CDFMM, a contratação do financiamento tem prazos específicos: 450 dias para novos projetos e 180 dias para prorrogações de prazos em projetos anteriormente priorizados.

FMM

O Fundo da Marinha Mercante, administrado pelo Ministério de Portos e Aeroportos por meio do CDFMM, tem o objetivo de fornecer recursos para o desenvolvimento tanto da marinha mercante quanto das indústrias de construção e reparação navais no País.

O Fundo da Marinha Mercante pode cobrir até 90% do valor dos projetos, e o custo do financiamento varia conforme o percentual de conteúdo nacional e o tipo de embarcação, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 5.031/2022.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/05/2024

COMITIVA DO CATAR SE REÚNE COM SECRETÁRIOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PARA CONHECER CARTEIRA DE PROJETOS

"O Governo Federal tem planos de expandir a malha ferroviária nacional nos próximos anos. Esse é o momento ideal para se investir em infraestrutura no Brasil", declarou o secretário nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro



Comitiva de investidores do Catar é recebida por secretários do Ministério dos Transportes - FOTO: Carina Leão/MT

Uma comitiva liderada pelo embaixador do Catar, Ahmad Mohammed AlShebani, foi recebida no Ministério dos Transportes nesta quinta-feira (9) para tratar de possíveis investimentos nos projetos de infraestrutura do Brasil. Na ocasião, os investidores catarenses tiveram oportunidade de saber mais a respeito da nova política ferroviária em desenvolvimento, assim como conhecer detalhes dos 13 leilões de concessões rodoviárias agendados para 2024.



De acordo com o chefe de investimentos para América do Norte e do Sul do país árabe, Abdulla Rashid Ai-Dosari, o Catar busca por projetos ambientalmente sustentáveis, que tenham um impacto positivo no cenário internacional. O interesse da comitiva se encaixa nas propostas do ministério, de acordo com o subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides. “Temos trabalhado na elaboração de políticas e planos setoriais ligados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas em território nacional, para adotar cláusulas com obrigações de promoção de infraestruturas resilientes e sustentáveis em novos contratos de concessões rodoviária e ferroviária”, destacou.

“Um dos nossos projetos mais promissores é o desenvolvimento da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), que atravessará o interior do nosso país e ajudará no escoamento da produção do agronegócio e de minérios para os nossos portos”, detalhou também o secretário nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro.

Participaram ainda do encontro o chefe da Assessoria Internacional do Ministério dos Transportes, Luiz Antônio Suruagy do Amaral Dantas, o secretário Nacional de Trânsito, Aduardo Catão e o chefe da Divisão de Promoção de Investimentos do Ministério das Relações Exteriores, Marcelo Salum.

Investidores estrangeiros

A reunião reforça o interesse internacional nos empreendimentos de infraestrutura do Brasil. Na próxima quarta-feira (15), uma comitiva técnica do Ministério dos Transportes apresenta em Nova York a extensa carteira de projetos da pasta para investidores estadunidenses. Como acompanha pessoalmente a situação emergencial do Rio Grande do Sul, o ministro dos Transportes, Renan Filho, não participará da agenda internacional.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/05/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UMA MALHA EMERGENCIAL AÉREA PARA O RIO GRANDE DO SUL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A implantação de uma malha aérea emergencial, medida anunciada pelo Ministério de Portos e Aeroportos nessa quinta-feira, dia 9, é um passo essencial para garantir o acesso de aeronaves ao Rio Grande do Sul, possibilitando a chegada de donativos, técnicos de resgate e emergência. Diante do fechamento do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, devido às fortes chuvas e enchentes que assolaram a região, torna-se vital estabelecer alternativas viáveis para o transporte aéreo.

Com o anúncio da disponibilização de 116 voos comerciais semanais para atender à população gaúcha, o Governo demonstra a agilidade e o comprometimento que se espera para lidar com a crise humanitária em curso. A ampliação das operações em seis aeroportos regionais do estado e a utilização da Base Aérea de Canoas, como centro logístico, são medidas estratégicas que visam restabelecer as conexões aéreas e facilitar o fluxo de ajuda e assistência.

A retomada das operações aeroviárias não apenas viabiliza o transporte de suprimentos e equipes de resgate, mas também possibilita o deslocamento de pessoas que necessitam de atendimento médico urgente ou que buscam abrigo em regiões seguras. Além disso, a ativação dessa malha aérea emergencial é fundamental para impulsionar a recuperação econômica e social do estado, ao facilitar o retorno das atividades comerciais e produtivas.

É imprescindível que o estado libere e reative sua infraestrutura de transportes – tanto a aérea, que propicia respostas mais céleres, como a rodoviária e a ferroviária – para receber ajuda de outras regiões do País e iniciar o processo de reconstrução. A coordenação entre o Governo Federal, as



companhias aéreas e demais entidades envolvidas é estratégica para garantir o sucesso das operações e a efetividade na prestação de auxílio à população atingida do Rio Grande do Sul

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/05/2024*

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RECONSTRUÇÃO

A recuperação da infraestrutura pública do Rio Grande do Sul, destruída pelas fortes chuvas que atingem o estado e pelas consequentes enchentes, demandará investimentos de ao menos R\$ 19 bilhões, segundo projeção inicial do governo estadual anunciada nessa quinta-feira, dia 9.

“São necessários recursos para diversas áreas. Insisto: o efeito das enchentes e a extensão da tragédia são devastadores”, afirmou o governador Eduardo Leite, em postagem em redes sociais.

DOAÇÕES

Empresas do setor portuário vêm ajudando com doações de material e recursos, para auxiliar no atendimento da população do Rio Grande do Sul. Até essa quinta-feira, segundo levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos, o setor já havia enviado para o governo gaúcho 143,5 toneladas de mantimentos, colchões, cobertores e artigos de higiene, além de terem disponibilizado R\$ 1,2 milhão.

APOIO PSICOLÓGICO

O Sistema Sest Senat está com os psicólogos de suas 167 unidades à disposição para atendimento gratuito online ou presencial (nas bases do Rio Grande do Sul), para as vítimas da tragédia climática gaúcha. Os interessados podem marcar suas consultas pela central de atendimento, pelo telefone (54) 32173444.

VOOS 1

A Secretaria Nacional do Consumidor apresentou pedido à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para que sejam flexibilizadas as normas para o transporte aéreo de passageiros, diante da crise nesse serviço no Rio Grande do Sul. O órgão defende que haja o reembolso total de passagens sem o pagamento de taxas e, também, a remarcação de voos sem custo, no prazo de um ano. O pleito foi apresentado nesta semana pelo diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Vitor Hugo do Amaral Ferreira, e pelo secretário Nacional do Consumidor, Wadih Damous, ao diretor da Anac, Tiago Pereira.

VOOS 2

Projeção da Secretaria Nacional do Consumidor aponta que, ao menos, 209 mil passageiros devem ser prejudicados com o fechamento do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, devido às enchentes que assolam a capital gaúcha e mais de 400 municípios no estado.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/05/2024*

NACIONAL - MPOR ANUNCIA MALHA AÉREA EMERGENCIAL PARA ATENDER O RS

Maioria dos novos voos vai conectar as instalações gaúchas aos aeroportos de Curitiba e São Paulo
Por **MARÍLIA SENA** *Enviar e-mail para o Autor*

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou na quinta-feira, dia 9, a malha aérea emergencial para atender as demandas do Rio Grande do Sul. Ao todo, serão 116 voos semanais que vão conectar o estado ao resto do Brasil. Mas a iniciativa ainda precisa de investimentos da Fraport, concessionária que administra os aeroportos gaúchos, devido às condições climáticas do local.

A maioria dos novos voos vai conectar as instalações gaúchas aos aeroportos de Curitiba (PR) e São Paulo (SP). As viagens serão operadas pelas companhias Azul, Latam, Gol e Voepass.



O aeroporto da cidade de Caxias do Sul é um dos 12 do Rio Grande do Sul que farão parte da malha aérea emergencial apresentada pelo Ministério, recebendo 25 voos. Foto: Divulgação

“Nós vamos avançar na aviação regional. Naturalmente, conforme a demanda da população, a gente vai ampliando o número de voos regionais, para que a sociedade brasileira, sobretudo o povo do Sul, possa ter acesso aos voos que são tão importantes para o estado. É um desafio grande, mas o trabalho conjunto do governo do presidente

(Luiz Inácio Lula da Silva) tem sido fundamental para a gente ajudar o Brasil”, disse Silvio Costa Filho.

O plano emergencial foi um acordo do Ministério de Portos e Aeroportos em conjunto com a Casa Civil, o Ministério da Defesa, a Infraero, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Fraport, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), a Aeroportos do Brasil (ABR) e as companhias aéreas. Dos 116 voos semanais, 88 serão para o Rio Grande do Sul e 28 para Santa Catarina.

Dos 12 aeroportos existentes hoje no estado, seis farão parte do plano, além da Base Aérea de Canoas. No primeiro momento, serão 53 voos semanais operando nos aeroportos de Caxias do Sul, Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana. Além disso, os aeroportos catarinenses de Florianópolis, Chapecó e Jaguaruna também farão parte do plano para apoio à população.

A Base Aérea de Canoas, localizada a 30 quilômetros de Porto Alegre, recebeu entre a quarta-feira (8) e a quinta-feira cinco voos de companhias aéreas com cargas e mantimentos, contabilizando 50 toneladas de doações. Para Canoas serão cinco voos diários, contabilizando 35 semanais. A base aérea continuará como o principal hub da logística de cargas para receber as doações a serem distribuídas para a população atingida pelas fortes chuvas.

A expectativa é que o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, só volte a funcionar no próximo dia 30. O terminal está fechado desde o dia 10 por estar totalmente inundado, devido às fortes chuvas e ao aumento do nível das águas do Rio Guaíba. Até o momento, a altura da água já ultrapassou 2 metros. A malha emergencial vai suprir apenas 17% da demanda do Salgado Filho. O principal terminal do Rio Grande do Sul é o nono mais movimentado do País, com média semanal de 100 mil passageiros.

“Quero agradecer o trabalho de coordenação desse plano emergencial pelo Ministério de Portos e Aeroportos com o apoio da Abear, ABR e empresas aéreas para fazer o possível no atendimento aos passageiros. As nossas empresas associadas (Gol, Latam e Voepass) operam nas seis bases do Rio Grande do Sul que foram apresentadas pelo ministro e têm interesse em operar, dentro da viabilidade operacional e de segurança, na Base Aérea de Canoas, quando a operação estiver regularizada”, disse Jurema Monteiro, presidente da Abear.

Para o diretor-presidente da Anac, Tiago Pereira, a situação é inédita, mas a agência está se esforçando para atender as demandas do estado. “Não será possível absorver a totalidade das operações do aeroporto de Porto Alegre, mas estamos fazendo um esforço inédito para realocar esta demanda de passageiros que é essencial. Esse cenário é inédito, estamos vendo pela primeira vez uma base aérea ser utilizada como aeroporto”, afirmou.

Veja como fica a malha aérea emergencial no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina:

RIO GRANDE DO SUL

- Aeroporto de Caixas do Sul – 25 voos semanais
- Aeroporto de Santo Ângelo – 2 voos semanais
- Aeroporto de Passo Fundo – 16 voos semanais
- Aeroporto de Pelotas – 5 voos semanais
- Aeroporto de Santa Maria – 2 voos semanais
- Aeroporto de Uruguaiana – 3 voos semanais
- Base aérea de Canoas – 35 voos semanais

SANTA CATARINA

- Aeroporto de Florianópolis – 21 voos semanais
- Aeroporto de Jaguaruna – 7 voos semanais
- Aeroporto de Chapecó – aumento de capacidade da aeronave

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/05/2024

NACIONAL - GOVERNO ANUNCIA PACOTE DE MEDIDAS E R\$ 51 BI PARA SUPORTE AO RS

Objetivo das ações é beneficiar empresas, produtores rurais, trabalhadores assalariados, beneficiários de programas sociais, estados e municípios

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que essas foram apenas as primeiras medidas de crédito e que o Governo só terá uma dimensão real do problema quando a água baixar

O Governo Federal anunciou um conjunto de 12 novas medidas e R\$ 50,9 bilhões para a fase de reconstrução das cidades do Estado do Rio Grande do Sul, afetadas pelas fortes chuvas. Segundo a Defesa Civil, 425 municípios foram prejudicados por

enchentes pluviais, com 67 mil pessoas em abrigos e mais de 164 mil desalojados. O número de mortos passa de 100, com 374 feridos e 136 desaparecidos.

O pacote de ações foi apresentado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na quinta-feira, dia 9. As medidas que serão encaminhadas ao Congresso Nacional irão beneficiar empresas, produtores rurais, trabalhadores assalariados, beneficiários de programas sociais, estados e municípios.

“Acho que vai garantir um fluxo de recursos importantes nesse primeiro momento, até que tenhamos um panorama maior da situação, que pode exigir medidas adicionais”, disse Haddad.

Dentre as ações do pacote, o Governo está destinando R\$ 200 milhões para fortalecer os fundos de estruturação de projetos dos bancos públicos. Esses recursos serão utilizados para apoiar e financiar projetos de infraestrutura e reequilíbrio econômico nos estados e municípios. A iniciativa terá início em junho e visa acelerar o início das obras, promovendo a retomada dos investimentos no Rio Grande do Sul.

Para as empresas gaúchas, também serão liberadas garantias no Fundo Garantidor de Operações (FGO) e no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Além disso, serão oferecidos benefícios para amortização de juros e condições facilitadas para créditos.

Já para as famílias e trabalhadores com carteira assinada, estão previstas as seguintes medidas: antecipação do abono salarial, do Bolsa Família e do Auxílio-Gás; prioridade na restituição do



Imposto de Renda; e a concessão de duas parcelas adicionais do Seguro-Desemprego para aqueles que já estavam recebendo antes da decretação da calamidade.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que essas foram apenas as primeiras medidas de crédito e que o Governo só terá uma dimensão real do problema quando a água baixar. “Vamos ter que fazer uma visita em todo o estado do Rio Grande do Sul, vamos ter que percorrer cidades para que tenhamos noção de que não podemos permitir que nenhum viés burocrático possa atrapalhar a urgência das medidas que estamos anunciando”.

Confira as 12 medidas:

1 – Trabalhadores assalariados: Abono Salarial

Antecipação do cronograma de pagamento do Abono Salarial 2024. Beneficiará 704 mil trabalhadores com carteira assinada, período maio. Impacto na economia gaúcha de 758 milhões.

2 – Trabalhadores assalariados: Seguro Desemprego

Liberação de 2 parcelas adicionais do Seguro-Desemprego para os desempregados que já estavam recebendo antes da decretação de calamidade, ao final da última parcela. Mais de 140 mil trabalhadores formais desempregados. Período de maio a outubro, impacto de R\$ 495 milhões.

3 – Trabalhadores assalariados: Imposto de Renda

Prioridade no pagamento da restituição do Imposto de Renda para declarantes. 1,6 milhão de potenciais beneficiários. Período junho. Impacto de 1 bilhão.

4 – Beneficiários de Programas Sociais: Bolsa Família e Auxílio-Gás

Liberação do calendário para pagamento dos programas Bolsa Família e Auxílio-Gás, antecipando os pagamentos do mês de maio. 583 mil famílias beneficiadas. Período de maio. Impacto de R\$ 380 milhões

5 – Estados e Municípios: R\$ 200 milhões de aporte para fundos de estruturação de projetos.

Serão aportados R\$ 200 milhões para que os fundos de estruturação de projetos dos bancos públicos possam apoiar e financiar a rede de projetos de infraestrutura e reequilíbrio econômico. Período: junho em diante. Impacto de R\$ 200 milhões na rápida estruturação de projetos para retomada dos investimentos no Rio Grande do Sul.

6 – Estados e Municípios: Operação de crédito com aval da União.

Constituição de força-tarefa para acelerar a análise de crédito com aval da União para estados e municípios. 14 municípios beneficiados com a operação de crédito. Período: maio. Impacto de R\$ 1,8 bilhão, sendo R\$ 1,5 bilhão em operações externas e R\$ 300 milhões em operações internas.

7 – Empresas: Aporte de R\$ 4,5 bilhões em concessão de garantias de crédito no Fundo Garantidor de Operações, Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Aporte de R\$ 4,5 bilhões em recursos no FGO que permitirão a concessão de garantias e, conseqüentemente, a alavancagem da concessão de crédito total de R\$ 30 bilhões às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no âmbito do Pronampe. Período de maio em diante. Impacto de R\$ 4,5 bilhões com potencial de alavancagem para R\$ 30 bilhões.

8 – Empresas: R\$ 1 bilhão para subvenção de juros no Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe).



Serão destinados R\$ 1 bilhão para concessão de desconto em juros de créditos garantidos pelo Pronampe, até o valor máximo de crédito concedido passível de desconto de R\$ 2,5 bilhões. Ou seja, dos R\$ 30 bilhões potenciais de crédito, R\$ 2,5 bilhões serão concedidos com desconto de juros.

Período e condições: maio em diante, financiamento de até 72 meses (com até 24 meses de carência), com subsídio do governo federal para reduzir a taxa de juros para 4% nominal (taxa de juros real zero) para os primeiros R\$ 2,5 bilhões tomados e, depois, juros normais da linha.

Impacto de R\$ 1 bilhão para desconto de juros no Pronampe, até o limite de R\$ 2,5 bilhões de créditos concedidos.

9 – Empresas: R\$ 500 milhões no Fundo Garantidor de Investimentos para garantir a alavancagem de crédito no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI-PEAC).

Serão disponibilizados R\$ 500 milhões para concessões de garantias via Fundo Garantidor de Investimentos para alavancagem no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI-PEAC), de até R\$5 bilhões a serem concedidos a microempresários individuais, micro e pequenas empresas. Neste caso, o aporte garante o acesso ao crédito, não havendo subvenção da taxa de juros. No caso do FGI-PEAC, o operador é o BNDES.

Período: maio em diante, com taxa de juros média de 1,75% ao mês, com bancos que oferecem até 1,55% ao mês.

10 – Empresas: Prorrogação do vencimento de tributos.

Prorrogação por no mínimo 3 meses dos prazos de recolhimento de tributos federais e Simples Nacional. 203 mil empresas beneficiadas. Período de 3 meses (abril, maio e junho). Impacto de R\$ 4,8 bilhões.

11 – Empresas: Dispensa da apresentação de certidão negativa de débitos para facilitar o acesso ao crédito em instituições financeiras públicas.

Dispensa de apresentação de certidão negativa de débito para contratações e renegociações de crédito junto a instituições financeiras. Beneficia empresas e produtores rurais. Período de 6 meses (maio a novembro).

12 – Produtores Rurais: R\$ 1 bilhão para subvenção de juros ao Pronaf e Pronamp.

Serão disponibilizados R\$1 bilhão para concessão de desconto de juros para empréstimos concedidos ao Pronaf e Pronamp, até o limite global de crédito de R\$ 4 bilhões passíveis de desconto de juros. Ou seja, toda a linha a ser alavancada terá desconto para subsidiar o crédito ao pequeno e médio produtor rural. Beneficia o médio produtor e a agricultura familiar.

Pronamp: maio em diante, financiamento de até 96 meses (com até 36 meses de carência), com descontos para reduzir a taxa de juros para 4% nominal ao ano (juros real zero).

Pronaf: maio em diante, financiamento de até 120 meses (com até 36 meses de carência), com descontos para reduzir a taxa de juros para 0% nominal ao ano (apenas devolução do principal sem correção).

Impacto de R\$ 1 bilhão para descontos no Pronaf e Pronamp até R\$ 4 bilhões do limite de créditos concedidos.

NACIONAL - QUATRO AEROPORTOS DO RS OPERAM SEM RESTRIÇÕES, APONTA MPOR

Segundo o último relatório elaborado pela pasta, Porto Alegre continua totalmente fechado
Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, foi totalmente inundada e por isso, prossegue inoperante, de acordo com o relatório diário elaborado e divulgado pelo MPor. Foto: Divulgação

Apenas quatro aeroportos do Rio Grande do Sul estão em pleno funcionamento: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Uruguaiana. Na capital Porto Alegre, tanto o Aeroporto Internacional Salgado Filho como o porto estão inoperantes. Essas são algumas informações do relatório sobre o estado elaborado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), publicado na quinta-feira, dia 9.

Segundo a pasta, cinco aeroportos operam normalmente, mas podem enfrentar restrições quanto ao abastecimento: Alegrete, Bagé, Canela, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa e Santo Ângelo.

Incluída no relatório, a Base Aérea de Canoas também vem operando normalmente, mas está sendo usada somente para ações humanitárias.

Com relação aos portos públicos do estado, somente o de Rio Grande continua operando. Os de Pelotas e Porto Alegre continuam fechados.

Sobre as hidrovias, a do Guaíba segue em funcionamento, mas com a condição de navegação com qualidade precária. E todas as quatro eclusas estão inoperantes.

Boas ações

Três empresas de navegação (Mercosul Line, Aliança e Log in) se colocaram à disposição para auxiliar no transporte de doações, equipamentos e pessoas. Um navio da Aliança partiu de Santos nesta quarta-feira (9), com previsão de chegada a Rio Grande no domingo (12).

Segundo o MPor, as empresas Bunge, Cargill, Maersk e MSC vão realizar doações de mantimentos. Na Portos Rio, as empresas Nitshore, Sindário, Terminal de Trigo RJ, ICTSI, MRS, Multi Terminais, Ogmo, Gávea, Píer Mauá, Pennant e Iconic ajudarão com R\$ 50 mil cada, totalizando R\$ 500 mil. As doações chegarão aos portos do RJ e a logística está sendo organizada, de acordo com a pasta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/05/2024

NACIONAL - BE NEWS DIVULGA AÇÕES DE EMPRESAS E ENTIDADES EM PROL DO RS

Todos os dias, a partir desta sexta-feira, o jornal divulga iniciativas do setor, pedindo doações ou oferecendo suporte à população

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

S.O.S. Rio Grande do Sul
 A Companhia Docas do Ceará se mobiliza para ajudar os irmãos gaúchos.

DOAÇÕES
 O RS precisa de colchões, cobertores, roupas de cama, agasalhos, alimentos, remédios, água potável

Chave PIX: **91.968.008.0000-08**
 Agência: 081-0000
 Banco: Cia. do Rio Grande do Sul

PONTO DE COLETA
 Porto de Fortaleza
 Praça Antônio de Albuquerque, s/n, Maracajá

A TRAGÉDIA CLIMÁTICA QUE DEVASTOU O RIO GRANDE DO SUL VEM MOBILIZANDO TODO O BRASIL. E O SETOR DE PORTOS, LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES TAMBÉM ENTROU NESSA REDE DE SOLIDARIEDADE. TODOS OS DIAS, COMEÇANDO NESTA SEXTA-FEIRA, DIA 10, O JORNAL BE NEWS DIVULGA INICIATIVAS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS, EMPRESAS E ENTIDADES LIGADOS A ESSE SEGMENTO PARA COLABORAR DE ALGUMA FORMA COM A POPULAÇÃO GAÚCHA. ESSE TRABALHO É PARTE DA AÇÃO INTEGRADA DE COMUNICAÇÃO LANÇADA ESTA SEMANA PELO GRUPO BRASIL EXPORT EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS, COM O PROPÓSITO DE MOSTRAR COMO O SETOR VEM DANDO SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO. QUE PROMETE SER LONGO. EM TODAS AS EDIÇÕES DO BE NEWS VAMOS REPRODUZIR COMUNICADOS QUE ALGUMAS EMPRESAS E ENTIDADES DE TODAS AS REGIÕES DO PAÍS PUBLICARAM EM SUAS RESPECTIVAS REDES SOCIAIS, PEDINDO DOAÇÕES OU OFERECENDO ALGUM TIPO DE SUPORTE AO POVO DO RIO GRANDE DO SUL.

CAMPANHA SOLIDÁRIA
SOS RIO GRANDE DO SUL

Doações: de 09 a 31/05

Uma doação é um gesto de solidariedade e ajuda. E o Rio Grande do Sul, neste momento, precisa de ajuda. É por isso que estamos lançando a campanha solidária SOS Rio Grande do Sul.

Seja quem é: doador, empresa ou colaborador, contribua com sua expertise, conhecimento, tempo, força de trabalho, produtos de limpeza e de higiene pessoal. Toda ajuda será bem-vinda!

Confira as locais de coleta e faça parte dessas mobilizações:

Em São Paulo	Em Curitiba
<ul style="list-style-type: none"> Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias 	<ul style="list-style-type: none"> Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias Associação de Indústrias

JUNTOS PODEMOS MAIS!

SEST SENAT oferece atendimento psicológico gratuito à população atingida pelas fortes chuvas no Rio Grande do Sul

Tudo os atendimentos devem ser marcados pelo Central de Atendimento, pelo telefone (54) 3217.2644.

#TRANSPES SOLIDÁRIA
 Enchentes Rio Grande do Sul

Em solidariedade com todos os gaúchos que estão passando por esse momento tão difícil, estamos lançando a campanha #TRANSPES SOLIDÁRIA.

Chamada para doações de roupas, alimentos, medicamentos, produtos de higiene pessoal, etc.

Local de coleta de doações: Rua dos Andradas, 1000 - Centro - Porto Alegre/RS

Horário de atendimento: das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Para saber mais sobre o projeto, visite o site www.transpes.org.br ou entre em contato conosco pelo telefone (51) 3333.3333.

SOS RIO GRANDE DO SUL
CARRETA SOLIDÁRIA

Pontos de doação e coleta

ITENS MAIS NECESSITADOS
 ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS
 ÁGUA POTÁVEL
 MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE
 COLCHÕES

Chave PIX: pix@setzonga.com.br

Indústria SOLIDÁRIA

Junto-se a nós para ajudar a comunidade gaúcha atingida pelas enchentes.

Chave PIX: pix@industrial.org.br

NACIONAL - AVIÃO DA LATAM TRANSPORTA 7 TONELADAS DE DOAÇÕES PARA O RIO GRANDE DO SUL

Segundo a companhia, ação foi realizada em conjunto com o Ministério da Defesa
Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebenews.com.br



Segundo a Latam, entre os produtos transportados para o Rio Grande do Sul estavam cestas básicas, colchões, medicamentos diversos, fraldas descartáveis e água potável (Foto: Ester Oliveira/Latam)

O programa Avião Solidário da Latam realizou na quinta-feira, dia 9, um voo especial para transportar mais de 7 toneladas de ajuda humanitária para as vítimas causadas pelas chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul. De acordo com a companhia, a aeronave decolou do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) e pousou na Base Aérea de Canoas (RS).

Segundo a empresa aérea, entre os produtos que foram transportados para o Rio Grande do Sul estavam cestas básicas, colchões, medicamentos diversos, fraldas descartáveis e água potável. O material foi arrecadado por empresas, cidadãos e demais instituições.

Ainda de acordo com a companhia aérea, todo o material que chegou à unidade militar será transportado via terrestre para a capital Porto Alegre e distribuído para os municípios mais afetados do Rio Grande do Sul. Essa operação é coordenada pela Força Aérea Brasileira (FAB).

“A Latam também está transportando gratuitamente para as Bases Aéreas de Guarulhos (SP) e Brasília (DF) demais doações que o Governo Federal está coletando até 20 de maio nos quartéis das Forças Armadas, unidades dos Bombeiros e agências dos Correios. A partir de Guarulhos e Brasília, o Ministério da Defesa realizará outros voos humanitários para levar as doações à Base Aérea de Canoas”, informou a companhia em nota.

Todos Unidos pelo Sul

A campanha “Todos Unidos pelo Sul”, lançada na semana passada pela Força Aérea Brasileira (FAB), chegou à marca 1.500 toneladas de donativos recebidos nas Bases Aéreas de Brasília, do Galeão (RJ) e de São Paulo. A população de todo o país está se mobilizando para realizar as doações de diversos itens, entre roupas, roupas de cama, itens de higiene pessoal, alimentos não perecíveis e água potável.

Conforme já anunciado pelo Governo Federal, a concentração dos donativos está sendo feita na Base Aérea de Canoas, unidade militar que está recebendo voos comerciais para facilitar o envio de donativos aos municípios do Rio Grande do Sul afetados pelas enchentes que assolam todo o estado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/05/2024

NACIONAL - CEO DO BRASIL EXPORT SE REÚNE COM DIREÇÃO DA AEROPORTOS DO BRASIL

Encontro discutiu o papel da entidade empresarial na ajuda ao Rio Grande do Sul e outros assuntos
DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, se reuniu com a direção da Aeroportos do Brasil – entidade que representa 12 concessionárias de aeroportos no País – nesta quinta-feira, dia 9, na sede do órgão, em Brasília. A associação abrange todos os aeroportos brasileiros de concessão federal e busca maior sinergia com o setor de infraestrutura em território nacional.

Julião foi recebido pelo presidente da Aeroportos do Brasil, Fábio Rogério Carvalho, e pelo vice-presidente, Tiago Bonvini. Também participou da agenda o conselheiro do Bahia Export, Fausto Franco.



Fabrício Julião foi recebido pelo presidente da Aeroportos do Brasil, Fábio Rogério Carvalho, e pelo vice, Tiago Bonvini. Também esteve presente o conselheiro do Bahia Export, Fausto Franco. Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export

Na reunião, uma das questões debatidas foi o papel que a entidade empresarial está desempenhando no movimento de ajuda humanitária e reconstrução de infraestrutura do território do Rio Grande do Sul, severamente afetado por fortes chuvas e enchentes nos últimos dias. A Fraport, administradora do Aeroporto Internacional Salgado Filho,

de Porto Alegre, atualmente inoperante devido à invasão das águas, é uma das associadas da entidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2024

NACIONAL - Praticagem do Brasil doa 11 toneladas de água mineral para o RS

Entidade colabora também com a distribuição de mais de 2 mil refeições quentes para os desabrigados

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



As 11,6 toneladas de água mineral foram entregues pela Praticagem do Brasil na Base Aérea de Brasília (DF), e posteriormente serão enviados itens de necessidade básica (Foto: Praticagem do Brasil)

A Praticagem do Brasil realizou na quinta-feira, dia 9, uma doação de 11,6 toneladas de água mineral como parte de suas primeiras medidas em apoio à população do Rio Grande do Sul. Esses suprimentos foram entregues na Base Aérea de Brasília (DF), e posteriormente serão enviados diversos itens de necessidade básica.

Além disso, a Praticagem do Brasil está colaborando com a distribuição de mais de 2 mil refeições quentes para os desabrigados, em parceria com o Rotary Club Canoas Empreendedor.

As praticagens locais e os práticos individualmente também têm contribuído para os esforços de ajuda. Um exemplo é a Praticagem da Lagoa dos Patos (RS), que atua diretamente na região afetada, fornecendo apoio logístico em operações de resgate.

Por outro lado, a Praticagem de Itajaí (SC) fez uma significativa doação de água, materiais de limpeza, papel higiênico, fraldas e biscoitos, entregues por meio do Navio de Apoio Oceânico (Classe Mearim) da Marinha.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2024

REGIÃO SUL - LEITE VAI PROPOR À UNIÃO SUSPENSÃO DA DÍVIDA E CRIAÇÃO DE FUNDO

Governador afirmou que reconstrução do estado após as enchentes pode custar cerca de R\$ 19 bilhões

Por YOUSEFE SIPP yousefe.sipp@redebnews.com.br



Governador Eduardo Leite durante coletiva de imprensa realizada nesta sexta-feira (10) atualizando os dados referentes às vítimas das enchentes do estado (Foto: Lauro Alves/Secom)

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou que está buscando junto à União a suspensão da dívida do estado e a criação de um fundo constitucional para atender à região, como auxílio para o plano de reconstrução dos municípios afetados pelas fortes chuvas dos últimos dias.

Durante a declaração feita nesta quinta-feira (9), na sede do Corpo de Bombeiros Militar do estado, Leite anunciou que serão necessários, ao menos, R\$19 bilhões para executar o plano de restauração do Rio Grande do Sul.

“Pelos necessidades que observamos até o momento, esse é o montante que será necessário para financiar as políticas públicas e restabelecer lugares e vidas que foram afetados. O Estado vai ser especialmente demandado em estradas, habitação, crédito subsidiário e ações sociais para atender as pessoas atingidas”, afirmou Leite.

No Rio Grande do Sul, mais de 70 mil pessoas estão temporariamente acolhidas em abrigos, enquanto outras 337 mil foram desalojadas em todo o estado devido às fortes chuvas que assolam a região desde 29 de abril. Além disso, o número de municípios gaúchos afetados pelos temporais chegou a 437, representando 88% do total do estado. Cerca de 1,947 milhão de cidadãos foram afetados direta ou indiretamente pelos eventos climáticos. Até o momento, a Defesa Civil estadual confirmou 116 vítimas fatais.

O cálculo dos 19 bilhões se baseia em estimativas preliminares e em comparações com os esforços empregados em outros desastres, como o ocorrido em setembro de 2023 no Vale do Taquari.

De acordo com o levantamento inicial, cerca de R\$218 milhões são destinados a ações de resposta ao desastre; R\$2,5 bilhões para ações assistenciais; mais de R\$7,2 bilhões para políticas de restabelecimento; e quase R\$9 bilhões para reconstrução.

“Se encaminharem conforme solicitado a suspensão prolongada do pagamento da dívida do estado à União, importante ressaltar que não pode ser por um período breve, os recursos que iriam para Brasília permanecem aqui. Assim, podemos realizar diretamente a execução dessas obras cruciais em diversas regiões”, explicou Leite.

O Departamento de Estradas de Rodagem (Daer) do Rio Grande do Sul continua trabalhando na desobstrução dos modais de transporte. Até agora, 40 trechos em 20 rodovias já foram liberados para o tráfego. De acordo com o último boletim da Defesa Civil estadual, 73 trechos em 43 rodovias permanecem bloqueados, total ou parcialmente. Este número está sujeito a mudanças, considerando a previsão de mais chuvas durante o final de semana.

“Infraestrutura não é apenas concreto, não se resume apenas a obras civis; é o meio pelo qual a ambulância leva uma pessoa ao hospital, o transporte que leva o estudante à escola ou

universidade, e o meio pelo qual os profissionais se deslocam para levar renda às suas famílias. Portanto, a infraestrutura é fundamental para a vida das pessoas”, disse o governador.

Segundo o último relatório de monitoramento do Ministério de Portos e Aeroportos, o Aeroporto de Porto Alegre permanece fechado por tempo indeterminado. Os terminais em Santa Rosa, Canela, Bagé, Santo ngelo e Alegrete estão operacionais, porém com possíveis restrições de abastecimento. Uruguaiana não tem voos devido à baixa procura. Por outro lado, os aeroportos de Passo Fundo, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Canoas estão operacionais e sem restrições.

Nos portos, os terminais de Porto Alegre e Pelotas estão paralisados, enquanto o Porto do Rio Grande segue com suas operações normalmente. Nas hidrovias, Guaíba está operacional, mas com navegação precária, enquanto Gravataí, Sinos, Caí e Jacuí estão inoperantes.

O Ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou em entrevista à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que deve se reunir na segunda-feira (13) com secretários de Habitação e de Infraestrutura, tanto do governo do estado do Rio Grande do Sul quanto das prefeituras. “Tratar a resiliência das nossas cidades, adaptar, dar para elas equipamentos e uma infraestrutura para que possam suportar essa questão climática”, declarou, Jader Filho.

Esforço Legislativo

O Senado Federal aprovou o plano de trabalho da Comissão Temporária do Rio Grande do Sul. As ações do colegiado serão divididas em três fases. Na primeira, que deve durar 15 dias, o objetivo é prestar assistência social, primeiros socorros e suporte às vítimas da tragédia. Na segunda, prevista para seis meses, o foco é a reconstrução das estruturas de mobilidade, serviços públicos e comunicação. Na última fase, que deve durar de três a cinco anos, a comissão deve desenvolver um projeto de resiliência climática para o estado.

O presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), declarou que a mobilização para enfrentar os desafios climáticos é de todo o Congresso Nacional. “Nós fizemos um apelo para que não se votasse nenhum projeto, nesse período, que venha trazer problemas para o clima, para que a gente reflita conjuntamente e ache um caminho, fazemos esse apelo aqui e na Câmara dos Deputados”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2024

MERCOSUL - TRENS BATEM EM BUENOS AIRES E DEIXAM PELO MENOS 60 FERIDOS

Segundo imprensa argentina, no momento da colisão, houve uma explosão devido ao vazamento de combustível

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Acidente foi registrado pouco antes das 11 horas desta sexta-feira (10) no bairro Palermo, em Buenos Aires (Foto: Reprodução/Redes sociais)

Um acidente envolvendo dois trens na Argentina deixou pelo menos 60 pessoas feridas no bairro Palermo, na Capital Buenos Aires. De acordo com o serviços de emergência local, duas das vítimas foram socorridas em estado grave.

Segundo informou o jornal argentino Clarín, o trem fazia parte da linha San Martín e circulava em direção à estação Retiro.

Pouco antes das 11 horas, o veículo acabou se chocando com outro trem que estava parado, na mesma direção, em uma ponte sobre a Avenida Figueroa Alcorta.

A imprensa argentina noticiou que, após a batida, houve uma explosão em decorrência do vazamento de combustível.

De acordo com o Clarín, o trem parado não tinha passageiros e no momento fazia a manutenção da pista.

Inicialmente, o número de feridos estava em 16. No entanto, após algumas horas do acidente, o número de resgatados pelos serviços de emergências era de pelo menos 60. O número pode aumentar, segundo a imprensa argentina.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2024

NACIONAL - VITRINE

VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@redebenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua Vitrine. Para quem gosta de um bastidor, bem-vindo(a)



GOVERNADOR DO CEARÁ CONFIRMA PRESENÇA NO NORDESTE EXPORT

O governador do Ceará, Elmano de Freitas, já garantiu sua participação no Nordeste Export, que acontecerá nos dias 20 e 21 de junho, na capital do estado, Fortaleza. Ele confirmou sua presença durante reunião com dirigentes e conselheiros do Brasil Export nesta semana, no Palácio da Abolição, sede da administração estadual. Na foto, logo após a reunião, o representante da Praticagem do Brasil no Ceará Pedro Parente, o advogado e conselheiro do Nordeste Export Larry Carvalho, o presidente do Conselho do Nordeste Export, Aluisio Sobreira, o governador Elmano de Freitas, a vice-presidente financeira do Complexo do Pecém (CE), Rebeca Oliveira, e o diretor comercial do Brasil Export, Márcio Delfim. Larry e Rebeca foram estratégicos na agenda do Brasil Export em Fortaleza.

90 ANOS DO TRIBUNAL MARÍTIMO

A Associação Comercial de Santos (ACS) realizou evento esta semana, em sua sede, em comemoração aos 90 anos do Tribunal Marítimo. Participaram autoridades e personalidades do setor. Vale destacar que a ACS recebeu, de forma inédita e exclusiva, uma sessão pública de julgamento do órgão, um fato histórico, já que é a primeira vez que essa atividade ocorreu fora da sua sede no Rio de Janeiro. No centro da foto, o presidente do Tribunal Marítimo, almirante Ralph Dias, e o vice-presidente da Associação Brasileira do Direito Marítimo (ABDM), Marcelo Sammarco, acompanhados por juizes do tribunal e outras autoridades – uma imagem para a posteridade.



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/05/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

REFINARIA DE MANAUS É INVESTIGADA POR NÃO ENTREGAR DADOS DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Petroleiros movem ação civil pública para apurar se refinaria parou de produzir
Por Gabriela Ruddy 10 de maio de 2024 Em Combustíveis, Política energética



Refinaria Isaac Sabbá (Reman), em Manaus (AM), vendida pela Petrobras ao grupo Atem (Foto: Juares Cavalcanti/Agência Petrobras)

RIO – O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo e Derivados do Estado do Amazonas (Sindipetro) entrou, na quarta-feira (8/5), com uma ação civil pública contra o grupo Atem, que controla a Refinaria da Amazônia (Ream), por não ter divulgado informações obrigatórias sobre a produção de combustíveis. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) também abriu autos de infração sobre o caso, que

ainda estão em curso.

A companhia enviou com atraso à agência informações referente aos meses de junho a dezembro de 2023 e ainda não entregou os dados de janeiro a março de 2024.

O Sindipetro argumenta que o cenário gera dúvidas sobre a continuidade do refino na unidade, além de levar a incertezas sobre o fornecimento local e a riscos de desabastecimento.

A entidade suspeita que a refinaria tenha interrompido o processamento e que hoje atue apenas como estrutura de apoio logístico para a distribuição de derivados importados, diz o advogado Ângelo Remédio, da Advocacia Garcez, que representa o Sindipetro no caso.

“O judiciário tem a capacidade de ordenar a produção de provas, nesse sentido, e também de eventualmente gerar responsabilizações”, diz

Segundo o advogado, o refino é uma atividade de caráter de interesse público, por isso, a empresa precisa informar aos órgãos públicos caso interrompa a produção.

“Se a empresa deixar de refinar, diminui empregos, arrecadação de imposto, de investimento”, afirma.

Pelo menos dois processos internos sobre o caso já foram abertos pela ANP, em julho e outubro de 2023.

Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), a ANP afirmou ao Sindipetro-AM que não foram realizadas fiscalizações presenciais na Reman durante o período de setembro a dezembro de 2023.

Em defesa enviada à agência, a refinaria afirma que está em processo de “transição macroestrutural” e que ainda está organizando os processos operacionais e sistêmicos depois que foi privatizada.



Argumenta ainda que o segundo semestre de 2023 foi o primeiro em que operou totalmente desvinculada ao sistema Petrobras, o que explicaria as dificuldades na consolidação dos dados.

A Ream é a antiga Refinaria Isaac Sabbá (Reman), vendida no processo de desinvestimentos da Petrobras.

A venda foi fechada por US\$ 257,2 milhões e incluiu um terminal aquaviário. A refinaria tem capacidade de processamento de 46 mil barris/dia e atende sobretudo ao mercado da região Norte.

Durante a análise da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em 2022, diversas distribuidoras da região manifestaram receios sobre possíveis problemas concorrenciais para acesso às bases de distribuição da região caso a refinaria fosse vendida junto com o terminal aquaviário.

O grupo Atem já controlava um dos principais terminais de importação de combustíveis da região antes da compra da refinaria.

Uma das críticas ao desinvestimento na época era a possibilidade de ser mais lucrativo para a empresa interromper o refino e passar a usar a estrutura na região apenas para importação e distribuição.

A venda da refinaria amazonense foi parte do termo de cessação de conduta (TCC) assinado pela Petrobras com o Cade em 2019 com o objetivo de ampliar a competição no mercado de refino brasileiro.

A estatal assumiu o compromisso de vender oito refinarias em troca da suspensão de inquéritos administrativos que apuravam a possibilidade de abuso de posição dominante. Ao todo, apenas três ativos tiveram o desinvestimento concluído. No momento, a Petrobras renegocia os termos do acordo com o órgão.

A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro) protocolou este mês um pedido do Cade para o fim do TCC. O pedido foi assessorado pela Advocacia Garcez, que também representa o Sindipetro no caso da Reman.

“Hoje a gestão da Petrobras não tem perspectiva de privatizar as refinarias, então esses processos foram paralisados. Mas o TCC está em vigência, então em tese, eventualmente, a Petrobras pode ser cobrada ou até punida pelo Cade se não cumprir as determinações. A Anapetro pede essa definição, para resguardar a própria Petrobras e para de maneira mais definitiva mudar a perspectiva dessa política, de ter essa definição”, disse Remédio.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 10/05/2024

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: PETROBRAS VAI PRODUZIR MENOS PETRÓLEO NAS PRÓXIMAS DÉCADAS

Diretor de E&P, Joelson Mendes, explica que reduzir produção faz parte da visão da companhia – mas explorar novas reservas ainda é preciso

Por estúdio epbr 10 de maio de 2024 Em Mercado offshore, Petróleo e gás, Transição energética, Vídeos

HOUSTON, TX – A Petrobras entende que deve atingir um pico da produção e que a partir daí a extração deve cair, disse o diretor executivo de exploração e produção da estatal, Joelson Mendes. O que não elimina, segundo o executivo, a necessidade de explorar novas reservas, dado o declínio na produção dos campos descobertos.

“E eu não estou falando que a gente vai crescer a produção indefinidamente, não, muito pelo contrário. A gente – após esse pico de produção que vai acontecer daqui a seis, sete anos –



entende que a nossa produção vai decair, mas a gente quer continuar sendo uma empresa relevante, produzindo 2 [milhões], 2,2 milhões de barris de óleo equivalente por dia – menos do que hoje”.

Joelson Mendes concedeu uma entrevista ao estúdio epbr durante a Offshore Technology Conference (OTC) 2024, em Houston (Texas). Assista na íntegra.

A Petrobras e governos estaduais interessados na abertura da Margem Equatorial para a exploração de petróleo defendem que sem novas reservas o Brasil corre o risco de se tornar um importador de petróleo, como publicou a epbr em abril.

“Existe uma falsa crença que a Petrobras não precisa de novas fronteiras porque tem o pré-sal”, disse.

Segundo ele, dificilmente a companhia fará outras descobertas tão grandes quanto as de Libra, Búzios e Tupi, que ocorreram no pré-sal. Para o executivo, a companhia precisa partir em busca de novos projetos, mesmo menores, de modo a garantir relevância.

“Daqui a dez anos a Petrobras vai estar produzindo menos e a gente vai se conformar com uma produção menor. Mas, mesmo com essa produção menor, a gente vai precisar recorrer a muita reserva”, disse.

“Para que nós não sejamos, antes do final da próxima década, importadores de petróleo de novo, a gente precisa reforçar isso”, acrescentou.

O diretor lembrou que o aumento da extração nos próximos anos também vai gerar uma necessidade de maior reposição de reservas, sobretudo em áreas de novas fronteiras, pois as Bacias de Campos e Santos já tiveram as suas grandes acumulações descobertas.

“Estamos falando aqui de cinco bacias sedimentares na Margem Equatorial, onde entendemos que, com similaridades com o que está acontecendo na Guiana, no Suriname, e com as descobertas que a gente fez na [Bacia] Potiguar, tem um potencial bastante relevante”, disse.

A Margem Equatorial é a próxima fronteira exploratória que a Petrobras pretende explorar. A companhia concluiu dois poços na Bacia Potiguar este ano.

A intenção agora é realizar uma perfuração na Bacia da Foz do Amazonas, considerada a mais promissora da região, com potencial estimado em 6 bilhões de barris. O pedido de licenciamento ambiental para a perfuração foi negado no ano passado e gerou um pedido de reconsideração, que ainda está em análise.

Retorno de sonda para o Amapá em outubro depende de licença em dois meses

Mendes afirmou que a intenção da companhia é iniciar a perfuração na Bacia da Foz do Amazonas em outubro de 2024, mas disse que para isso vai ser necessário ter uma resposta do Ibama em até dois meses.

“São equipamentos que a Petrobras não pode deixar parados”, disse em referência a helicópteros e embarcações que estão mobilizados para essa atividade.

A estatal chegou a deslocar uma sonda para a região para realizar uma avaliação pré-operacional, etapa necessária para o licenciamento, mas a atividade não foi autorizada pelo Ibama e o equipamento retornou para a Bacia de Campos.

A estatal também adquiriu blocos no ano passado na Bacia de Pelotas, durante a oferta permanente da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O diretor disse que a Petrobras vai realizar as campanhas

sísmicas que são parte do compromisso exploratório dos blocos na região para decidir sobre eventuais perfurações em Pelotas.

Em relação às atividades terrestres, Mendes disse que a Petrobras está focada em campanhas de intervenções de poços. Em abril, a companhia voltou a contratar sondas de perfuração terrestres.

Nos últimos anos, a estatal conduziu um processo de venda de ativos terrestres, diretriz que foi revertida no terceiro governo Lula.

Entretanto, o executivo disse que novas campanhas exploratórias em terra vão depender da aquisição de novas áreas.

Mendes também elogiou a decisão da ANP de retirar da oferta permanente as áreas exploratórias de maior risco.

“Acho positiva a atitude da agência, de fazer um certo enxugamento, uma certa limpeza, para que os empreendedores possam, sim, participar do leilão com a segurança de que vão poder dar continuidade aqui no projeto”, afirmou.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 10/05/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS ANUNCIA NOVO MODELO DE VENDA A DISTRIBUIDORAS PARA REDUZIR PREÇO DO GÁS EM ATÉ 10%

Medida afeta gás de cozinha encanado e o vendido em postos de combustíveis para carros

Por Bruno Rosa

A Petrobras anunciou a criação de novas modalidades comerciais para a venda de gás natural para as distribuidoras estaduais, como a Naturgy (ex-Ceg, no Rio) e Comgás (em São Paulo).

Sem dar detalhes, a estatal disse que vai criar para as distribuidoras “um novo mecanismo” de preço. Esse novo critério pode permitir uma redução adicional de até 10% nos valores da molécula de gás que são cobrados hoje pela estatal.

Analistas de mercado e fontes do setor acreditam que a Petrobras vai na prática ampliar o leque de opções de venda de gás às empresas. Atualmente, a estatal oferece às distribuidoras de gás contratos de 5, 7, 9 e 11 anos, lembra Bruno Armbrust, da ARM consultoria.

Assim, quanto mais longo o contrato menor é o valor da molécula de gás que é cobrado pela estatal. Além disso, esses contratos passam por reajustes trimestrais para se adequar ao câmbio e ao preço do barril do petróleo. Há ainda um outro reajuste anual.

No RS: Infraestrutura, combustível, energia e telefonia não têm previsão de restabelecimento — É preciso conhecer os detalhes. De qualquer maneira, é uma boa sinalização a Petrobras baixar os preços. Embora não haja informações, as mudanças podem envolver prazo maior que 11 anos ou fornecimento não firme de menor prazo — explica Armbrust, lembrando que a estatal cobra pela molécula hoje de 12,9% a 14% do preço do barril do petróleo.

Outro especialista lembra que a estatal pode oferecer ainda preços menores em caso de aumento do volume contratado pela distribuidora de gás, por exemplo. Desde janeiro, a queda no preço da

molécula vendida pela estatal às distribuidoras já chega a 25%. Para que a redução adicional de 10% chegue ao consumidor final, as distribuidoras precisam aderir às novas contratações.

Os novos modelos de precificação de gás anunciados pela estatal valem apenas para o gás de cozinha encanado e o gás veicular. O gás de botijão (GLP) não faz parte. Além do preço da molécula vendida pela Petrobras, o preço final do gás tem ainda o custo do transporte, a margem de lucro das empresas distribuidoras e os tributos federais e estaduais.

Em comunicado, a Petrobras informou também que vai ofertar novas modalidades para vender o gás de forma “mais customizada e competitiva” para as empresas que compram energia no mercado livre. O objetivo é aumentar sua presença como fornecedora entre as grandes empresas que vêm recorrendo a diversas fontes para gerar sua própria energia, dizem especialistas.

— A Petrobras fala que a nova política seria extensiva ao mercado livre. Isso pode ser uma estratégia da empresa para evitar perder mercado para outras empresas — destaca Armbrust.

Armbrust lembra que é importante atualizar as regras do mercado de livre para as distribuidoras de gás poderem escolher os fornecedores.

— Elas poderiam descontratar o volume e migrar para o mercado livre. É a única forma dos consumidores se beneficiarem, mas isso ainda depende das agências reguladoras estaduais.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/05/2024

ÁGUAS DO BRASIL, QUE ASSUMIU CONCESSÃO DE TERESÓPOLIS, CRESCE 11% E ENCOSTA EM R\$ 2 BI

Por Rennan Setti



Centro de distribuição de água no Rio — Foto: Gabriel de Paiva

A Águas do Brasil, que assumiu a concessão de um dos blocos do leilão da Ceda e acaba de entrar no saneamento de Teresópolis (RJ), cresceu 11% no ano passado. O faturamento líquido fechou 2023 em R\$ 1,9 bilhão, disse à coluna a companhia da família Beckhauser (mesma da Carioca Engenharia) e que tem a gestora Vinci como sócia na Rio+Saneamento.

As receitas cresceram R\$ 192 milhões em um ano, e o Ebitda — lucro antes de impostos e depreciação, uma métrica de geração de caixa — avançou 16%, para R\$ 650 milhões.

O lucro consolidado foi de R\$ 217,1 milhões, crescimento de 11,5%. O volume de investimentos somou R\$ 430 milhões no ano passado, alta de 67% em relação a 2022.

Na concessão de serviços de água e tratamento de esgoto em Teresópolis, assumida em dezembro, o investimento previsto no contrato é de quase R\$ 1 bilhão. Na Ceda, a Águas do Brasil venceu com um lance de R\$ 2,2 bilhões em outorgas o lote que abrange 20 municípios do Rio e parte da Zona Oeste da capital. A companhia já atuava na região por meio da Zona Oeste Mais Saneamento.

Ao todo, a companhia está operando em 32 municípios de Rio, Minas Gerais e São Paulo, distribuídos por 15 concessionárias.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 10/05/2024

COM ALTA EM MEDICAMENTOS E ALIMENTOS, INFLAÇÃO ACELERA PARA 0,38% EM ABRIL

Apesar da alta ante março, taxa é a menor para o mês desde 2021. Reajuste aplicado sobre os remédios e menor oferta de alimentos por conta dos fenômenos climáticos explicam aumentos

Por Carolina Nalin — Rio de Janeiro

Puxada pelos produtos farmacêuticos e pelos alimentos, a inflação acelerou para 0,38% na passagem de março para abril. A gasolina ficou 1,5% mais cara no mês e também contribuiu com o avanço do indicador. O resultado veio acima do esperado pelos analistas, que projetavam 0,35%, segundo Valor Data. Ainda assim, esta é a menor taxa para o mês de abril desde 2021, quando variou 0,31%.

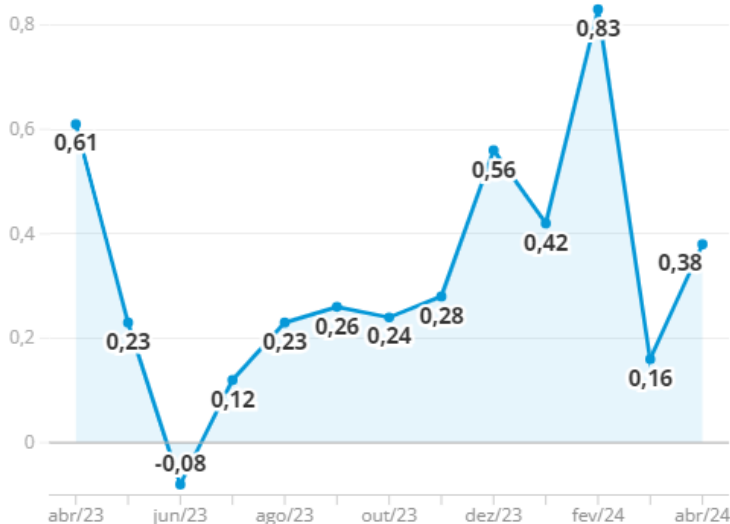
- No ano, a inflação acumula alta de 1,80%
- Em 12 meses, o IPCA acumula 3,69%, abaixo dos 3,93% observados nos 12 meses imediatamente anteriores

Os dados fazem parte do Índice Nacional de Consumidor Amplo (IPCA) e foram divulgados pelo IBGE nesta sexta-feira.

O comportamento dos preços

Em %

Variação mensal



Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

O que dizem os analistas?

Apesar de o resultado do IPCA ter surpreendido o mercado por conta de itens mais voláteis, como remédios e gasolina, analistas avaliam que a pesquisa emitiu sinais positivos. Isso porque os números indicaram desaceleração dos preços em diferentes núcleos, uma outra forma que o BC utiliza para captar as tendências dos preços.

Por outro lado, se a perspectiva para boa parte dos preços ao consumidor seguem positivas, economistas estão atentos a possíveis altas nos produtos alimentícios em função das tragédias no Rio Grande do Sul.

Adriano Valladão, economista do Santander, lembra que o estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do país, além de importante produtor de soja e milho. E afirma que, por conta das enchentes, a tendência é de impacto na produção local e, conseqüentemente, nos preços. O



Santander agora prevê que a alimentação no domicílio vai ficar 3,9% mais cara este ano, ante estimativa de 3,3%.

— Começamos a ver os principais impactos nas nossas coletas no atacado, principalmente na batata. Também ficamos preocupados com a produção de arroz, esse foi um dos principais motivos pra gente subir nosso tracking (indicador de alta frequência) do IPCA no ano para 3,4%. Também vemos impacto na cadeia de proteínas, tanto aves, quanto suíno e no gado. À medida que for acontecendo, vamos conseguir entender melhor qual vai ser a dinâmica e o impacto na inflação.

Outro ponto no radar do analista é a seca no Centro-Oeste que está impactando a produção de milho. O clima seco também pode afetar níveis dos reservatórios e impactar preços de energia, diz Valladolid.

A possível alta sobre os alimentos se mostra um fator adicional para o Banco Central manter a postura de cautela em relação à queda dos juros, avaliam economistas. A mudança da meta fiscal no Brasil e a perspectiva de juros altos nos EUA por mais tempo são hoje os principais fatores que corroboram para uma visão mais comedida.

O Santander está em processo de revisão da Selic, mas Valladolid adianta que a expectativa de Selic em 9% ao ano no fim do ciclo ganhou viés de alta.

Para Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, o resultado do IPCA foi uma boa notícia em meio a uma "semana de muito ruído entre os membros do Copom". Ele avalia que, apesar da divergência entre os membros do Comitê, o BC indicou que não será tolerante com aumento dos preços. E a divulgação do IPCA mostrou que a inflação de serviços continuou caindo, confirmando a trajetória de desaceleração dos preços:

— Tem quatro membros mais "dovish", ou seja, mais lenientes com a inflação. E você faz um comunicado duro daquele jeito? Acho que o motivo da dissidência foi muito mais sobre a discussão se mantém a promessa do guidance do que um sinal de que: "A inflação está tranquila e vamos "acelerar" a máquina". A inflação de serviços dá certo alívio ao BC de que os juros podem cair mais 0,25 ponto — avalia Leal, que projeta Selic a 9,25% até o fim do ano caso o BC americano corte juros em setembro.

Já Claudia Moreno, economista do C6 Bank, acredita que o Copom deverá promover apenas mais um corte de 0,25 ponto percentual na reunião de junho, encerrando assim o ciclo de queda dos juros.

— Projetamos Selic em 10,25% ao final de 2024 — afirma.

Remédios e alimentos mais caros

Sete dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados registraram alta em abril. Os dois maiores impactos vieram dos grupos Saúde e cuidados pessoais (1,16%) e Alimentação e bebidas (0,70%). Juntos, os dois contribuíram com 0,30 ponto percentual do índice de abril.

A alimentação no domicílio ficou mais cara em abril, com os preços acelerando de 0,59% no mês anterior para 0,81% neste mês. O mamão chegou a ficar em média 22,7% mais caro, seguido da cebola, com alta de 15%; o tomate, 14% mais caro; e o café moído, com alta de 3% no custo.

Segundo o IBGE, a menor oferta desses produtos por conta dos fenômenos climáticos ocorridos no fim do ano passado e início desse ano explica o aumento:

— As questões climáticas, com um El Niño mais intenso do que em outros anos e que aumentou as chuvas em regiões produtoras, além das ondas de calor... Tudo isso acabou prejudicando a oferta de alimentos, principalmente aqueles mais sensíveis ao clima, e isso acaba se refletindo nos preços — explica André Almeida, gerente da pesquisa do IBGE.



Já a alimentação fora do domicílio variou 0,39%, semelhante à de março (0,35%). O lanche registrou uma alta menos intensa este mês, de 0,44%, após alta de 0,66% no mês anterior. Por outro lado, a refeição fora de casa registrou variação maior (0,34%) do que a verificada em março (0,09%).

Veja o resultado dos grupos do IPCA:

- Alimentação e bebidas: 0,70%
- Habitação: -0,01%
- Artigos de residência: -0,26%
- Vestuário: 0,55%
- Transportes: 0,14%
- Saúde e cuidados pessoais: 1,16%
- Despesas pessoais: 0,33%
- Educação: 0,10%
- Comunicação: 0,48%

A terceira maior alta em termos de grupo foi registrada pelo setor de vestuário, com avanço de 0,55%. Na sequência ficou Transportes, com alta de 0,14%. Já o grupo Comunicação variou 0,48%, enquanto Artigos de residência registrou variação negativa (-0,26%) e Habitação não registrou variação nos preços (-0,01%).

Em Transportes, um movimento contrário de preços acabou contendo as altas do setor. Houve queda nos preços da passagem aérea, ao passo em que etanol (4,56%), gasolina (1,50%) e óleo diesel (0,32%) registraram altas.

Inflação de serviços segue desacelerando

A inflação de serviços, que reúne os itens de serviços prestados ao consumidor, continuou desacelerando em abril. O índice acumulado em 12 meses caiu de 5,09% em março para 4,60% em abril e atingiu o menor patamar desde setembro de 2021, quando foi de 4,41%.

Os preços de condomínio, mudança, transporte por aplicativo e cabeleireiro foram alguns dos que desaceleraram na passagem de março para abril. Segundo o IBGE, as operadoras de planos de celular reajustaram os valores dos planos no mês e isso contribuiu para puxar pra cima o índice de serviços. Por outro lado, a queda das passagens aéreas, do aluguel de veículos e dos pacotes turísticos ajudaram a conter o avanço do indicador:

— Possivelmente, por ser um período em que há menor demanda por esses serviços turísticos, a gente observou queda nos preços desses três subitens. Tem uma trajetória de desaceleração na inflação de serviços como um todo já consolidada ao longo do ano passado e que permanece ao longo de 2024 — analisa Almeida.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/05/2024

GOVERNO RECUPEROU R\$ 2 BI DE VERBAS DE EMENDAS, MUITO POUCO DIANTE DE MAIS DE R\$ 50 BI DO ORÇAMENTO EM MÃOS DO CONGRESSO

Crescimento de recursos para direcionamento de parlamentares desidrata investimentos do Executivo

Por O Globo

O governo tem uma vitória minúscula ao conseguir negociar R\$ 2 bilhões dos R\$ 5,6 bilhões das emendas de comissão que haviam sido vetados pelo presidente Lula. Houve uma negociação, pois a intenção do parlamento era derrubar o veto aos R\$ 5,6 bilhões, acabaram fechando em R\$ 3,6 bilhões. Mas o fato é que está nas mãos dos parlamentares mais de R\$ 50 bilhões, entre emendas individuais, de comissão e bancada. É um crescimento anormal, sem paralelo no mundo, o volume de dinheiro do Orçamento sob a destinação do Congresso. Isso inverte a lógica e faz que o governo



vá a deputados pedir destinação de recursos por emendas, como está sendo feito agora diante da tragédia no Rio Grande do Sul.

Esse é um problema sobre o qual tenho chamado atenção com recorrência, porque o crescimento do volume de recursos sob o direcionamento do Legislativo, causa distorção, cria dificuldade para o Executivo executar o Orçamento.

Para se ter uma ideia, essa emenda de comissão até recentemente não existia, foi criada quando acabaram com a emenda de relator. No ano passado, foram destinados R\$ 6 bilhões às emendas de comissão. Para este ano, inicialmente foi determinado R\$11 bilhões, o que já seria um enorme crescimento, mas durante as negociações da Lei Orçamentária Anual (LOA) houve a ampliação para R\$16 bilhões. O veto dado por Lula representaria um corte de R\$ 5,6 bilhões, desse total o governo vai recuperar R\$ 2 bilhões.

Além de distorcer a lógica da execução do Orçamento, que é dever do governo, as emendas têm outro problema: falta transparência. Se estivéssemos num regime parlamentarista, tudo bem. Porque se dá tudo errado, cai o primeiro-ministro, que é o representante do Congresso. Aqui tudo recai sobre o Executivo.

No cenário atual, o governo federal fica cada vez mais desidratado, anêmico, em termos de recursos de livre provimento. É preciso lembrar que a maior parte do Orçamento é engessado, é determinado por lei qual o percentual deve ser destinado para cada rubrica. É pequena a parte de livre destinação do governo. E isso acaba levando a corte de investimentos. E o investimento é a construção do futuro.

A nossa democracia está precisando de aperfeiçoamentos. É uma marcha muito insensata esse crescimento das emendas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/05/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

OPINIÃO - O CÍRCULO VICIOSO DE LULA: PRESIDENTE TEM ATUADO DE FORMA DESESTABILIZADORA

Reações impensadas do presidente vêm contribuindo para agravar suas aflições

Por Rogério Werneck

Salta aos olhos que o presidente não está num bom momento. E que tem razões de sobra para estar preocupado. Não lhe bastassem a popularidade em queda e sua crescente apreensão com o desempenho que poderão vir a ter o PT e seus aliados mais próximos nas eleições municipais, Lula da Silva já não tem mais como se iludir quanto ao apoio efetivo com que o governo pode contar no Congresso.

O problema é que, angustiado como está, o presidente vem-se permitindo reações impensadas de todo tipo, com consequências altamente desestabilizadoras, que acabam por agravar ainda mais as razões pelas quais já estava atormentado, dando-lhe motivos redobrados para novas reações irrefletidas. A cada volta desse malfadado círculo vicioso, o quadro se torna mais problemático.

As reações impensadas do presidente não têm ficado restritas à esfera puramente política, como apressar-se a comparecer à comemoração do 1.º de Maio, em Itaquera, perante um público de gatos-pingados, para (ilegalmente) pedir voto para seu candidato a prefeito de São Paulo. Envolvem sobretudo reações com repercussões importantes na esfera econômica.

O presidente voltou a insistir num discurso fiscal irresponsável, a promover relaxamento de metas fiscais e a se dedicar à sua malhação de Judas preferida, com novos ataques ao Banco Central, agora, já a poucos meses da tão aguardada indicação do novo presidente da instituição.

Não chegou a ser uma surpresa que tais desatinos tenham contribuído para a depreciação do câmbio, a exacerbação da percepção de risco fiscal e a consolidação de expectativas mais pessimistas sobre a queda factível de taxas de juros e o crescimento viável da economia. O que deixou o presidente com razões ainda mais sérias para se preocupar. E, claro, mais propenso ainda a novas reações impensadas.

A precariedade do apoio parlamentar do governo é, de longe, o problema estrutural mais sério com que o presidente se defronta. Mas, mesmo que Lula consiga sustar o círculo vicioso em que se meteu e passe a atuar de forma menos desestabilizadora, é difícil que deixe de lado sua resistência a compartilhar o poder e parta para um governo de coalizão de verdade.

O que se teme é que isso dê lugar a uma sucessão interminável de paralisias decisórias, nas quais o governo se veja reiteradamente obrigado a aceitar acordos que lhe sejam desfavoráveis. E, nesse caso, claro, o risco de deterioração adicional do quadro fiscal tenderá a permanecer muito elevado até o fim do atual mandato presidencial. Fácil não será.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2024

CUSTO DO TRABALHO: EMPRESAS PAGAM EM ENCARGOS MAIS DE 100% DO VALOR DOS SALÁRIOS NO BRASIL

Custos obrigatórios superam remunerações pagas ao trabalhador, indica estudo do pesquisador José Pastore; considerando apenas contribuições sociais sobre os salários, tributação bate no teto de países da OCDE

Por Daniel Weterman, Alvaro Gribel e Bianca Lima

BRASÍLIA - Os encargos trabalhistas custeados pelas empresas no Brasil superam os salários pagos para os empregados. De acordo com estudo do professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) José Pastore, o custo chega a 103,7% das remunerações.

O cálculo considera tudo que as empresas gastam com obrigações sociais, entre elas as contribuições para a Previdência, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e salário educação, e despesas com o tempo em que o empregado não está trabalhando, como férias e décimo terceiro salário.



Para a contratação de um trabalhador com salário de R\$ 2.287 na indústria — remuneração média para um indivíduo com ensino médio completo — as empresas gastam R\$ 2.371,62 com encargos.

*Trabalhador em indústria de calçados em Franca (SP).
Foto: Jf Diorio/Estadão*

Pastore observa que praticamente todos os custos são fixos e compulsórios. Na prática, os encargos representam um bloqueio à expansão do emprego formal e ao aumento de salários, além de um estímulo ao emprego informal. “O Brasil fica, assim, numa situação em que os trabalhadores ganham pouco e custam muito”, diz o especialista.

Tributação perto da carga máxima de países da OCDE

Considerando apenas os impostos sobre os salários e contribuições à seguridade social, a tributação no Brasil está perto da carga máxima cobrada em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme levantamento do Estadão com dados de 42 nações divulgados pela instituição.

As empresas brasileiras pagam 25,8% de impostos sobre os salários dos empregados e contribuições à seguridade social, segundo a organização. Em uma relação de 42 membros da OCDE e economias parceiras, a tributação fica atrás apenas da França e supera a de países ricos e desenvolvidos como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha (veja o mapa abaixo).

É como se o Brasil cobrasse o mesmo nível ou até mais impostos do que países com renda mais alta e com maior produtividade. Para especialistas, uma tributação alta limita a criação de empregos formais e é uma das explicações para o nível de informalidade dos empregados e para o fenômeno conhecido como “pejotização” (contratação excessiva de serviços sem vínculo empregatício).

Salário e encargos no Brasil – Indústria

Ao firmar um contrato de emprego, toda empresa passa a pagar, além do salário direto ao trabalhador, valores referentes a diversos benefícios trabalhistas obrigatórios por lei, mais encargos sociais.

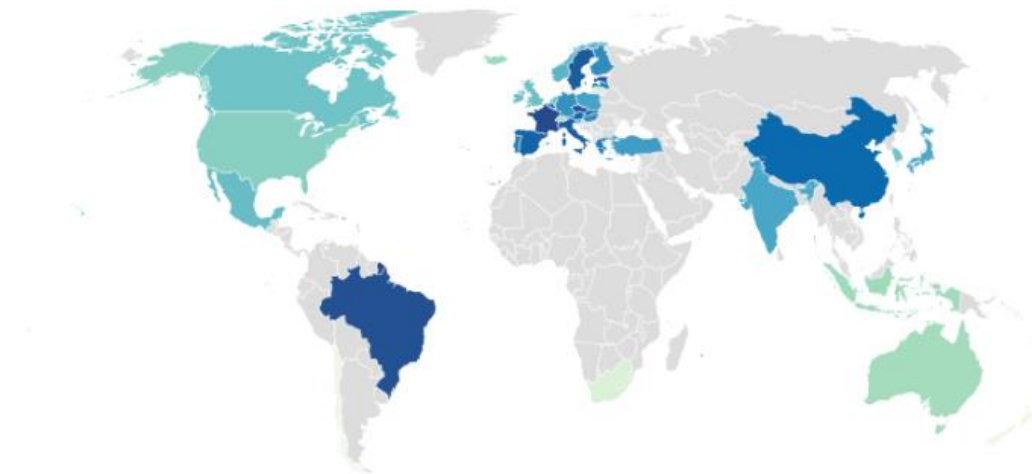
Tipos de encargos	% sobre o salário
Obrigações sociais (A)	36,8
Previdência Social (cota parte empregador)	20,0
FGTS	9,0
Salário-educação	2,5
Acidentes do trabalho –RAT/FAP (varia entre 0,5% a 6% - adotou-se a média de 3%)	3,0
Sesi	1,5
Senai	1,0
Sebrae	0,6
Incra	0,2
Tempo não trabalhado I (B)	38,2
Repouso semanal	18,9
Férias	9,5
Feriados	4,4
Abono de férias	3,6
Aviso prévio (considerando-se de 30 dias, mas hoje pode chegar a até 90 dias)	1,3
Auxílio-enfermidade (estimativa quanto aos 15 dias de afastamento por doença)	0,6
Tempo não trabalhado II (C)	14,1
13º salário	10,9
Despesa de rescisão contratual (40% sobre o FGTS – recebimento trabalhador)	2,6
Despesa de rescisão contratual (10% sobre o FGTS – recebimento Governo)	0,6
Reflexos dos itens anteriores (D)	14,6
Incidência cumulativa do grupo A sobre o B	13,7
Incidência do FGTS sobre o 13º salário	0,9
Total geral	103,7

A comparação foi feita com dados de 2019, último ano em que a OCDE publicou dados sobre o Brasil. Os índices mais recentes, divulgados em 2023 e restritos a membros da organização, têm variações menores que um ponto porcentual e não alteram o cenário. O número não inclui tributação sobre a renda, impostos pagos diretamente pelo trabalhador e encargos sobre férias e décimo terceiro salário.

Em comparação ao salário médio dos trabalhadores, o que se cobra no Brasil (25,8%) fica acima da média dos países membros da OCDE (13,8%) e de nações ricas como Alemanha (16,5%), Reino Unido (9,8%), Estados Unidos (7,6%), além de países em desenvolvimento como China (22,1%) e México (10,4%). Alguns países, como Nova Zelândia e Chile, não cobram impostos sobre a folha salarial, mas focam em cobrar tributos sobre a renda do trabalhador.

Carga tributária sobre os salários – em %

Impostos sobre o salário pagos pelo empregador e contribuições à seguridade social em países membros da OCDE e economias parceiras em 2019



Inclui tributação sobre folha salarial. Comparação feita com base em indivíduo solteiro, sem filhos e com rendimento médio de um trabalhador no país.

Mapa: Infográfico Estadão • Fonte: OCDE • Obter dados

“Em termos relativos, os encargos trabalhistas no Brasil são semelhantes aos de países desenvolvidos que têm mercado de trabalho mais regulado, superiores aos países desenvolvidos mais liberais e aos da maioria dos países em desenvolvimento para os quais se dispõe dessa informação”, afirma o consultor do Senado Federal e professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) Luiz Ricardo Cavalcante. Ele observa que a tributação no Brasil se dá sobre salários mais baixos que em outros países, mas que ainda superam países como China e Índia.

Segundo o economista Robson Gonçalves, professor do MBA da Fundação Getulio Vargas (FGV), a carga sobre os salários no Brasil fica entre 55% a 60% quando são somados custos como o décimo terceiro salário e as contribuições para o sistema S.

“O oneração da folha é um dos vetores do Custo Brasil. Produzir e empregar no Brasil é caro e não deveria ser. Deveríamos ter oneração sobre o consumo e a renda, não sobre a produção e a geração de emprego”, diz Gonçalves. “A oneração pode pressionar algumas empresas a precarizar e sonegar, adotando uma conduta de fugir dessa oneração por meio da informalidade.”

Entenda a desoneração da folha

No Brasil, empresas de 17 setores da economia contam com desoneração da folha salarial, pagando impostos menores sobre a Previdência Social. A desoneração foi criada em 2011, no governo Dilma Rousseff, tendo sido prorrogada em todos os governos posteriores.



A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ela resulta, na prática, em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida por milhares de empresas que empregam mais de nove milhões de pessoas.

No ano passado, a Câmara e o Senado aprovaram a prorrogação do benefício, até 2027, por ampla maioria: na Câmara, foram 430 votos favoráveis e 17 contrários; enquanto que no Senado o tema foi aprovado em 10 minutos, por meio de votação simbólica.

Na sequência, a lei foi vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o veto foi derrubado por placares igualmente folgados. No Senado, 60 senadores votaram pela derrubada, e 13 pela manutenção. Já na Câmara, foram 378 votos pela derrubada e 78 para sustentar o veto.

Na virada do ano, o governo editou uma Medida Provisória limitando o benefício fiscal. A alíquota menor ficaria restrita a trabalhadores que ganham um salário mínimo, com redução gradual até 2027.

As negociações com o Congresso então recomeçaram com a proposta de um novo projeto de lei. Parlamentares avaliaram, então, que, se quisesse votos, o governo teria de ceder e se aproximar mais da proposta original do Congresso. O projeto não avançou, e o governo passou por cima da decisão do parlamento e recorreu ao STF.

O relator, ministro Cristiano Zanin, acatou a ação protocolada pelo governo e suspendeu a desoneração. O julgamento, no entanto, foi paralisado após pedido de vista do ministro Luiz Fux, que tem até 90 dias para devolver o processo. Até a suspensão, havia cinco votos favoráveis ao governo — ou seja, faltava apenas um para formação de maioria.

Nesta quinta-feira, 9, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmaram que fecharam um acordo sobre a tributação dos 17 setores econômicos atendidos pela política de desoneração da folha de pagamentos.

Pelo acordo, as empresas não serão tributadas neste ano, e um escalonamento da cobrança começará a valer no ano que vem e se estenderá até 2028. A tributação sobre a folha de pagamentos do 13º salário só ocorrerá no último ano.

Veja os 17 setores afetados

- Confeção e vestuário;
- Calçados;
- Construção civil;
- Call center;
- Comunicação;
- Empresas de construção e obras de infraestrutura;
- Couro;
- Fabricação de veículos e carroçarias;
- Máquinas e equipamentos;
- Proteína animal;
- Têxtil;
- TI (tecnologia da informação);
- TIC (tecnologia de comunicação);
- Projeto de circuitos integrados;
- Transporte metroferroviário de passageiros;
- Transporte rodoviário coletivo;
- Transporte rodoviário de cargas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2024

SE DIVISÃO DO COPOM NÃO FOR EXPLICADA, HAVERÁ CONSEQUÊNCIAS PARA INFLAÇÃO E PIB, DIZ SCHWARTSMAN

Ex-diretor do Banco Central alerta para risco de o Banco Central adotar uma postura mais leniente com a inflação no próximo ano; Schwartsman estreia coluna no 'Estadão' neste fim de semana

Por Luiz Guilherme Gerbelli



Entrevista com **Alexandre Schwartsman - Ex-diretor do BC e consultor da A.C. Pastore**

Ex-diretor do Banco Central, o economista Alexandre Schwartsman avalia como adequado o caminho adotado pelo Comitê de Política Monetária de reduzir o ritmo de corte da taxa básica de juros (Selic) diante do contexto de piora do cenário internacional e local. Ele pondera, no entanto, que a divisão de votos dentro do Copom precisa ser explicada.

“Se for um desacordo mais profundo, aí o problema é a sinalização que fica para 2025 em diante, porque a gente tem um Banco Central que vai forjar uma maioria

que será bem mais dovish, muito menos comprometida com a convergência da inflação (para a meta)”, diz Schwartsman, também consultor da A.C. Pastore.

Na decisão que reduziu o ritmo de cortes da Selic para 0,25 ponto porcentual, todos os diretores que foram indicados pelo governo Lula votaram por uma redução maior, de 0,5 ponto porcentual, como vinha sendo praticado pelo BC até então.

“Se há concordância sobre o diagnóstico, e é um diagnóstico ruim, por que no final das contas escolheram votar por 0,5? E aí a gente vai ter de esperar para ver se tem alguma justificativa, se é uma questão pontual ou se tem um desacordo mais profundo sobre o rumo da política monetária”, afirma.

Neste fim de semana, Schwartsman estreia como colunista do Estadão. Seus textos serão publicados no portal aos sábados e no jornal impresso aos domingos, a cada duas semanas.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como o sr. avalia a decisão do Copom e a divisão que ficou marcada entre os diretores?

A decisão me pareceu adequada, mas a reação não está sendo boa. Quando eu digo que a decisão é adequada, o que está no comunicado – e aparentemente tem até um certo consenso dentro do comitê - é de que houve uma mudança considerável de cenário. Não só no que diz respeito ao cenário internacional, mas também no doméstico.

Poderia detalhar essa mudança de cenário?

O cenário internacional é razoavelmente conhecido e ousaria dizer consensual. Tem uma inflação americana que está demorando mais para cair e implicado uma mudança no que se imaginava que seria o início e a própria extensão do ciclo de redução de juros nos Estados Unidos. No começo do ano, dava-se de barato que começaria em março, depois, foi para junho e, agora, está ali para setembro - e sub judice. Vai depender muito de como vai se comportar o mercado de trabalho lá. O fato é que houve uma alteração grande. Estamos trabalhando com juros mais altos e um dólar mais forte globalmente e localmente. Isso tem algum impacto sobre a inflação.

E o cenário local?



A mudança mais radical da visão do comitê diz respeito ao cenário doméstico. E em algumas dimensões. A primeira é sobre a atividade. Até março, o cenário que o Copom trabalhava era de alguma desaceleração da atividade econômica. Agora, o comentário que eles fazem é de que a atividade e o mercado de trabalho têm apresentado maior dinamismo do que o esperado. Tem uma visão de uma economia mais forte e, presumivelmente, é uma coisa que torna a queda da inflação mais lenta daqui para frente.

Quais outras mudanças o sr. apontaria?

Tem uma segunda mudança importante sobre a questão fiscal. E foram bastante duros, no atual contexto, no que diz respeito às mudanças de política fiscal que resultam do envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2025 e a sinalização para os anos seguintes. Houve uma redução geral da trajetória de resultados primários. Houve uma piora considerável das metas de resultado primário e todas as indicações são de que vai ser muito difícil cumprir a trajetória de gasto público que está embutida nas projeções da LDO.

Mesmo com o gasto total crescendo no talo do que é permitido pelo arcabouço fiscal, o avanço do gasto obrigatório esmaga o gasto discricionário, inclusive em ano eleitoral. O que significa que - muito provavelmente - vão ter de abrir o bico no que diz respeito também à evolução dos gastos. O gasto deve superar os limites colocados pelo arcabouço fiscal. Tem essa piora, e acho que o Banco Central chamou a atenção. Mas tem uma terceira piora, em parte consequência dessas duas primeiras, em particular da segunda, que é uma deterioração adicional das expectativas. O Copom falava em expectativas apenas parcialmente ancoradas. Agora, fala em completamente desancoradas - e vão ficar mais.

É esse contexto que ajuda a explicar o corte?

Não dava para manter (o ritmo de corte de juros). O cenário era diferente, e o Banco Central sempre enfatizou a questão de que o compromisso com o corte de juros era condicional. As condições mudaram, e ele mudou o corte de juros. E mais: ainda lá para frente sinalizou que não tem compromisso com trajetória de juros, tem compromisso com a convergência da inflação.

E a divisão de voto entre os diretores?

Entende-se que o comunicado é a motivação da maioria, não explica por qual motivo algumas pessoas acabaram escolhendo votar por uma trajetória diferente. Mas, isso dito, particularmente no que diz respeito ao diagnóstico, o comitê foi unânime. Então, é uma avaliação unânime de que o cenário global incerto e o doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativa desancorada demandam maior cautela. E é exatamente a raiz do motivo para desacelerar (o corte). Fica pouco claro qual foi o motivo para votar por 50 pontos. Se há uma concordância sobre o diagnóstico, e é um diagnóstico ruim, por que no final das contas escolheram votar por 0,5? E aí a gente vai ter de esperar para ver se tem alguma justificativa, se é uma questão pontual ou se tem um desacordo mais profundo sobre o rumo da política monetária.

Se é uma questão pontual, provavelmente, o comitê tem condições de retomar a unanimidade daqui para frente e vida que segue. Se for um desacordo mais profundo, aí o problema é a sinalização que fica para 2025 em diante, porque a gente tem um Banco Central que vai forjar uma maioria que será bem mais dovish, muito menos comprometida com a convergência da inflação. E aí é o que a gente está vendo hoje (quinta-feira). Você pode até derrubar o juro curto, mas o juro longo vai subir, as expectativas de inflação vão subir, e os prêmios de risco vão subir, e o dólar fica mais caro. Quer dizer, é um cenário dos sonhos, só que ao contrário. É um cenário de pesadelo.

E a economia cresce menos...

A consequência dessa brincadeira toda é que a economia cresce menos. O juro longo é muito mais relevante do que o juro curto no que diz respeito à determinação da atividade econômica. E um dólar mais caro também acaba jogando contra. Não é um cenário legal. Essa divisão do Comitê, se não for muito bem explicada, tem consequências potencialmente negativas para inflação e crescimento via juro longo e via dólar.



Divisão do Copom precisa ficar clara na ata, afirma Schwartsman Foto: Gabriela Bilo/Estadão

Os motivos dessa divisão devem ficar mais claros na ata ou, eventualmente, só na próxima decisão do Copom?

Eu gostaria que ficasse mais claro na ata. Se não ficar claro na ata, é sinal de que é mais profundo mesmo. Eu acho que a gente não vai ter de esperar a próxima reunião. Se na ata estiver que os (diretores) que votaram em 0,5 ponto concordam com tudo isso (o diagnóstico), então, é uma visão

diferente de postura. Vai dar ruim.

E até onde o BC pode chegar no corte de juros?

A gente está trabalhando com 10%. Ou seja, mais dois cortes (de 0,25 ponto). Obviamente, em 2025 é uma outra diretoria, um outro jogo. Aí a gente vê. Pode buscar algum número mais baixo.

E como fica a política de juros dos Estados Unidos?

Eu colocaria mais um corte até o final do ano. Temos sinais de algum desaquecimento da economia americana. A questão principal é se a velocidade dessa desaceleração é suficiente para que a gente caminhe para uma trajetória distinta de inflação. Me parece que não. Precisa ter indicações de que a desaceleração vai entregar uma inflação na meta num horizonte razoável. Hoje, ainda está cedo para dizer. O que eu vejo é – muito provavelmente – uma desaceleração lenta da inflação e aí o Fed (Federal Reserve, o banco central americano) vai ter de encaixar que não é um cenário de last mile (a última milha), tem o last two miles (últimas duas milhas). E aí com o last two miles fica um pouco mais difícil e acaba empurrando o cenário de corte de juros. A verdade é que, hoje, o cenário mais provável ainda aponta para o início do ciclo acontecendo em setembro. Estão com um corte em setembro e, talvez, em dezembro. A gente acha que está mais para um do que para dois.

Na política fiscal, como o sr. vê o cumprimento das metas fiscais?

Eu acho que não vai cumprir a deste ano, mas não é o mais relevante nessa história. A questão principal é a seguinte: havia uma trajetória de metas quando o novo arcabouço fiscal foi anunciado com toda a fanfarra. E já começou com o pé quebrado. Veio com um baita déficit, mesmo se ignorar a questão dos precatórios. É um déficit recorrente superior a 1% do PIB, com uma trajetória de crescimento de gasto parruda. A chance de entregar essa trajetória de resultado primário é baixa.

Por quê?

Para começar, depende de um monte de receita que não se faz ideia se vai rolar ou não. Esse é um ponto. Tem um outro ponto mais grave. Você olha para o que está no PLDO e a gente vê, como regra, o gasto federal crescendo no limite permitido pelo arcabouço fiscal. Com exceção de 2028, está sempre no limite de 2,5%, além da inflação. É uma expansão grande dos gastos. Mesmo com essa expansão, olhando para o gasto discricionário, para caber dentro do limite, ele tem de ser menor a cada ano. Não é menor só como proporção do PIB nem menor ajustado à inflação. É menor em termos nominais.

Então, para que essa trajetória de gastos se materialize, precisaria cortar o gasto discricionário, como o investimento, muito em comparação ao que é hoje, inclusive num ano eleitoral. Qual é a chance de isso acontecer? A nossa política fiscal está completamente fora do eixo. São favas contadas que eles não vão entregar nem a meta nem a trajetória de gastos que estão prometendo. Vão ser resultados geralmente piores e gastos maiores do que o que a gente tem. Temos uma política fiscal que certamente não é condizente com a convergência da inflação para a meta. E não foi de maneira gratuita que o Banco Central chamou a atenção para isso.

E qual é a consequência de lidar com todas essas incertezas locais num contexto de cenário externo mais difícil?

Como a gente tem relativamente pouca dívida externa e muita reserva, o termômetro para isso não é tanto a questão do CDS (Credit Default Swap, o “risco país”). Em última análise, o CDS vai olhar o que acontece com a dívida externa. O prêmio de risco vai aparecer no dólar e na curva de juros. A

gente não está convivendo com o juro real de 5, 10 anos no topo porque o Banco Central é mais ou menos dovish. Estamos convivendo com o juro real alto porque o fiscal é um lixo.

Neste fim de semana, o sr. estreia a coluna no 'Estadão'. Qual é a expectativa?

Sou um macroeconomista. É a parte mais charmosa, mas obviamente é a mais controversa. Vamos falar de inflação, fiscal, crescimento, do que esperamos lá fora. Obviamente, ao longo desse processo, eu vou acertar algumas, vou errar outras. Faz parte do jogo. Eu tenho tempo suficiente de janela para saber que errar não chega a ser um grande problema se você acerta mais do que você erra. Então, enquanto eu estiver acertando mais do que eu erro, continuo fazendo isso - ou, pelo menos, enquanto as pessoas acharem que acerto mais do que erro. O objetivo é, na medida do possível, tratar os temas que podem ser complexos da forma mais simples que puder colocar, sem perder o rigor - e no limite do humor permissível hoje em dia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2024

'BRASIL É CAMPEÃO EM ONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS', DIZ ECONOMISTA DA FGV

Segundo Robson Gonçalves, carga sobre salários dificulta criação de empregos e incentiva informalidade com precarização do mercado de trabalho

Por Alvaro Gribel e Daniel Weterman



Entrevista com

Robson Gonçalves - Economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

O Brasil é campeão mundial de tributos sobre a folha de pagamentos, pelas contas do economista Robson Gonçalves, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele calcula que o peso dos tributos e encargos sobre os funcionários do País oscila entre 55% e 60% sobre o valor dos salários. Ou seja, o trabalhador que recebe R\$ 1 mil por mês, custa, na verdade, até R\$ 1.600 para os empregadores.

Gonçalves entende que a contribuição patronal para a Previdência, de 20% sobre a folha salarial, é um desses principais custos. A medida está no centro da discussão sobre a desoneração de 17 setores da economia que empregam 9 milhões de pessoas no País.

Segundo o economista, a tributação imposta sobre as empresas no Brasil desmotivam a geração de empregos e favorecem a informalidade e a precarização do mercado de trabalho. Além disso, na visão do especialista, a situação atrapalha a competitividade das empresas brasileiras no mundo.

Confira abaixo a íntegra da entrevista:

Como o senhor caracteriza o Brasil na tributação sobre os salários?

Somos campeões de oneração sobre a folha. A contribuição patronal de 20% para a Previdência faz com que a carga tributária sobre a folha se aproxime de 55% a 60%, a depender de alguns itens. Se pegar os países da OCDE, a média é 34,6% (incluindo Imposto de Renda, impostos pagos pelas empresas e pelos empregados). Aqui no Brasil, temos décimo terceiro salário, que não é tributo, não é contribuição social, mas é encargo sobre a folha. A maioria dos países não pratica isso. Nós temos algumas empresas que são obrigadas a fazer seguro de trabalho, isso dá mais 3%, algumas que são obrigadas a fazer seguro de acidentes de trabalho, mais 3%. Temos contribuições para o Sistema S, salário-educação. Se considerar tudo isso, chegamos a uma tributação de 55% a 60%.

Qual é efeito disso para a empregabilidade e a produtividade?

Esse é um dos três vetores do Custo Brasil. O primeiro é a infraestrutura inadequada. O segundo eixo é a burocracia. E o terceiro eixo é a oneração da folha. Produzir e empregar no Brasil é caro, e não deveria ser. A gente deveria ter uma oneração sobre o consumo e a renda, não sobre produção



e gerar emprego. Algumas pessoas vão dizer que na Alemanha os encargos são de quase 50%. Na França, a mesma coisa, mas nesses países temos a questão populacional, uma população envelhecendo e vivendo muito, é um drama previdenciário que existe lá. No caso do Brasil, não temos população que vive tanto e nem tão idosa, e ainda assim o país onera muito a folha. No Chile, a contribuição sobre a folha é de 7%. No México, que é bem comparável, é da ordem de 20%. Na Índia, não chega a 4%.

Qual é o risco da reoneração da folha salarial?

O grande risco, quando se onera demais a folha, é precarizar ainda mais as relações de trabalho no Brasil. É sonegar, não registrando em carteira, e não tendo como fazer todos esses recolhimentos. Se disser que no Brasil a informalidade e a sonegação não são uma ameaça, você está vivendo em outro planeta. A reoneração pode pressionar algumas empresas a ter conduta de fugir dessa oneração por meio da informalidade. No mundo inteiro, uma carga tributária excessiva induz à sonegação.

“Produzir e empregar no Brasil é caro, e não deveria ser. A gente deveria ter uma oneração sobre o consumo e a renda, não sobre produção e gerar emprego”

Em que circunstância a redução de encargos gera postos de trabalho?

A conta é muito simples. Se eu contrato um empregado, e ele vai ter um salário nominal de R\$ 2 mil, e se de fato o volume de encargos é da ordem de 55%, então significa que esse empregado custa R\$ 1.100 de encargos, uma despesa total de R\$ 3.100. Ele tem que devolver mais do que isso. Caso contrário, empregá-lo significa prejuízo. Nos países mais desenvolvidos, a produtividade é muito elevada e permite que você pague esses R\$ 3.100, mas o que ele devolve é mais elevado. Se eu onero a folha, eventualmente não vou contratar um empregado porque o que ele me devolve em termos de receita é menos do que o custo. A única forma de acomodar a oneração no Brasil é as empresas serem mais produtivas.

E qual a receita para elevar a produtividade?

Passa pela educação da mão de obra, nossos baixíssimos índices de educação batem aqui. Temos índices vergonhosos que resultam em analfabetismo funcional, não tem como um trabalhador operar uma máquina nem de comando numérico que é do século passado. Também é preciso reduzir o déficit de infraestrutura no Brasil e reduzir a burocracia.

Estamos em momento de reforma tributária, discussão sobre tributação de renda e regulamentação de plataformas. Como convergir toda essa agenda?

A reforma tributária cabe muito naquela imagem que você tem que trocar o pneu com carro andando. E mais, corre o risco também de cobrir um santo e descobrir o outro. Oneração de folha é tema velho. Tributar consumo e renda, em vez de produção e cascata, também são temas velhos. Para isso, temos boas soluções. A uberização e os market places na internet são fenômenos bem mais jovens e novos. A pior coisa que se pode fazer é dar resposta velha para questões novas, como tributar o market place, com milhares de fornecedores de um lado e milhões de consumidores de outro, da mesma forma que se tributa o shopping center.

A reoneração pode pressionar algumas empresas a ter conduta de fugir dessa oneração por meio da informalidade. No mundo inteiro, uma carga tributária excessiva induz à sonegação

E a inteligência artificial? Tributar mais pode levar à automação e afetar o emprego?

Tem relação, sim. Essa é uma discussão mais consagrada, mais fácil de discutir. Até hoje, no capitalismo de mercado, você tem duas coisas que precisa para começar a produzir: capital e trabalho. O capital é que muda de forma, se altera significativamente. O trabalho é mais ou menos igual há 10 mil anos. Mas, na medida em que você muda a natureza do capital, com inteligência artificial, você desloca a mão de obra. É importante deixar a mão de obra competitiva para que ela se desloque para setores que vão alocá-la de uma maneira lucrativa para as empresas.

Existe um ponto ideal de tributação sobre salários e qual seria o do Brasil?



Se a nossa tributação sobre a folha chega a 55%, a 60%, estamos mal em escala global. Tem outra dimensão importante, que é a competição entre os países por atrair capital. Os países desenvolvidos não precisam atrair capital, porque o capital já nasce lá, e podem ter uma oneração da folha mais significativa. Não existe um ponto ótimo porque as coisas mudam muito rápido. Não estaríamos falando de inteligência artificial há cinco anos. Mas, olhando ao redor e fazendo um comparativo, tem coisa muito errada com a oneração da folha no Brasil.

O que mais o senhor gostaria de complementar?

O governo atual tem um viés de arrecadação, não de corte de gastos. A insistência do governo Lula de reonerar a folha é a busca por garantir arrecadação para o Regime Geral de Previdência. O arcabouço fiscal já ficou provado que não vai funcionar, pelo adiamento da meta dos próximos anos, e em grande medida essa briga é por conta disso. Existe um viés pela arrecadação, mas, deveria ser por cortes de gastos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2024

GOVERNO AUTORIZA IMPORTAÇÃO DE ATÉ 1 MILHÃO DE TONELADAS DE ARROZ APÓS INUNDAÇÕES NO RS

Decisão não vai de acordo com entidades do setor que garantem que país tem arroz suficiente para abastecer o mercado; foco é destinar estoques a pequenos varejistas de regiões metropolitanas

Por Stéphanie Araujo

Após as inundações históricas que tomaram conta dos municípios do Rio Grande do Sul, o governo federal autorizou por meio de medida provisória a importação de até 1 milhão de toneladas de arroz pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para recomposição dos estoques públicos. O estado é um dos principais produtores do grão no Brasil, responsável por 70% da safra nacional.

A medida de caráter excepcional apenas para o ano de 2024 foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União nesta quinta-feira, 9. Segundo a publicação, os estoques serão destinados, preferencialmente, à venda para pequenos varejistas das regiões metropolitanas.

Apesar da decisão, entidades do setor já haviam destacado que não teria a necessidade de importar o grão. Em entrevista ao Agro Estadão, a Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) garantiu que o Brasil tem arroz suficiente para abastecer o mercado interno, mesmo diante das possíveis perdas na safra gaúcha do cereal.

Afirmção da instituição foi feita após fala do presidente Lula na última terça-feira, 7, durante o programa "Bom Dia, presidente" da Empresa Brasil de Comunicação, onde o chefe do executivo afirmou que devido ao atraso na colheita de arroz e feijão no Estado do Rio Grande do Sul haveria a possibilidade de importação dos grãos. "A gente vai ter de importar arroz e feijão para colocar na mesa do povo um preço compatível com aquilo que ele ganha", afirmou o presidente.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, deu sequência no mesmo dia sobre a possibilidade da medida em reunião com a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), que também se manifestou contrária.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) recomendou em comunicado que consumidores não estocassem os alimentos "para que todos tenham acesso contínuo ao produto" e informou que monitora os estoques e o abastecimento de produtos essenciais.

"Até o momento, os estoques e as operações de abastecimento do varejo estão normalizados com diversas marcas, preços e promoções para atender à demanda de consumo tanto das lojas físicas quanto pelo e-commerce", diz a nota.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/05/2024

SABESP ESPERA QUE PRIVATIZAÇÃO OCORRA EM JUNHO, DIZ PRESIDENTE DA COMPANHIA

Fatia pertencente ao governo do Estado é de 50,3% e deve ser reduzida para algo entre 18% e 30%; presidente da companhia, André Salcedo diz estar tranquilo em relação aos riscos de judicialização
Por Elisa Calmon

A expectativa da Sabesp é que a oferta para a privatização da empresa seja lançada em junho, podendo ser encerrada no mesmo mês. A previsão foi apresentada pelo presidente da companhia de saneamento, André Salcedo, durante teleconferência de resultados nesta sexta-feira, 10.

O executivo apresentou a agenda do processo de desestatização. Para 20 de maio, está prevista a primeira reunião da Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAE) 1. A pauta prevê a aprovação do novo modelo de concessão e o plano de saneamento, assim como a eleição do conselho e instância executiva.

Com essa agenda concluída, será celebrado o contrato com a URAE-1. Também está em andamento a negociação de waiver com debenturistas. Enquanto isso, está prevista para o dia 27 de maio uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para aprovar as novas regras de governança e estatuto que serão implementados após a privatização.

A oferta de privatização será no modelo subsequente de ações (follow-on) em dois blocos. O primeiro engloba 15% do total de papéis destinado a um investidor estratégico, com a competição pelo maior preço. Já o segundo bloco será oferecido para os demais investidores, pessoas físicas, jurídicas, e funcionários da Sabesp. O volume total de ambas as etapas também ainda está em definição.



Governo deve manter algo entre 18% e 30% das ações da Sabesp Foto: Nilton Fukuda / Estadão

O valor mínimo também não foi divulgado até o momento. A projeção do Governo do Estado de São Paulo é que o preço seja determinado em maio, assim como a participação final do Estado na companhia após a privatização. Atualmente, a fatia pública é de 50,3% e deve ser reduzida para algo entre 18% e 30%.

Salcedo reforçou que considera viável o cronograma de realização da oferta em junho. No entanto, disse que existe uma janela até o final de agosto para que seja realizada com base nos números do primeiro trimestre de 2024, divulgados na quinta. “Havendo necessidade de ajustar o cronograma, temos esse prazo de flexibilidade”, disse.

Em relação ao risco de judicialização, o executivo afirmou que o processo de desestatização está baseado em decisões bem fundamentadas, seguindo as regras do mercado de capitais e com cumprimento de todas as fases necessárias. “Estamos tranquilos que condução da privatização está sendo bem feita”, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/05/2024

CÂMARA DEFENDE DESONERAÇÃO DA FOLHA NO STF APÓS ACORDO ANUNCIADO POR HADDAD

Advocacia da Casa argumenta que lei aprovada no Congresso não descumpriu regras previstas na Constituição e cita riscos para empresas e municípios

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados defendeu a desoneração da folha salarial de 17 setores da economia e de municípios em manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal na noite de quinta-feira, 9, após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciar um acordo em torno da medida.

O ministro Cristiano Zanin, do STF, atendeu a um pedido do governo e suspendeu a desoneração no dia 25 de abril. Outros quatro magistrados acompanharam Zanin no voto (Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Flávio Dino e Edson Fachin). O ministro Luiz Fux pediu vista e interrompeu o julgamento.



Plenário da Câmara durante sessão legislativa no dia 20 de março de 2024. Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados

Em entrevista ao Estadão, o ministro Fernando Haddad antecipou que o governo estava inclinado a aceitar uma contraproposta para a reoneração gradual da folha de pagamentos das empresas. Depois, o chefe da pasta anunciou um acordo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pelo acordo, as empresas não serão tributadas neste ano e haverá um escalonamento da tributação a partir do ano que vem, até 2028. A ação no STF, porém, ainda tramita e a decisão poderá ser revisada pelos ministros.

O ministro Zanin suspendeu a desoneração alegando que a lei promulgada pelo Congresso, após a aprovação dos parlamentares e a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deixou de demonstrar o impacto financeiro da medida, descumprindo uma exigência da Constituição.

Na manifestação ao STF, a Advocacia da Câmara sustenta que a regra prevista na Constituição não é aplicável à desoneração da folha de pagamentos porque a lei que instituiu o benefício para as empresas é de 2011, anterior à vigência do parâmetro Constitucional, de 2016.

Além disso, a Casa argumenta que a lei não instituiu nem alterou nenhuma renúncia de receita, mas apenas prorrogou o benefício que já existia. Ainda assim, a Câmara afirma que a estimativa de impacto orçamentário é conhecida e está demonstrada nos documentos da Receita Federal, no Projeto de Lei Orçamentária Anual e no parecer do Senado quando aprovou a proposta.

A desoneração substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ela resulta, na prática, em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida por milhares de empresas que empregam mais de 9 milhões de pessoas. No caso dos municípios, a medida reduz a tributação de 20% para 8%. Os setores dizem que a reoneração resultaria em demissões.

Com a decisão do Supremo, a Receita Federal entendeu que a cobrança teria efeitos imediatos a partir da sua publicação, em 26 de abril. “Na prática, do dia para a noite, a carga tributária sobre os pagamentos realizados pelos beneficiários da desoneração foi aumentada. Há grave risco de que esse aumento reflita na perda de empregos ou, no mínimo, na redução de salários”, diz a Câmara no documento entregue ao STF.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/05/2024

VALOR ECONÔMICO (SP)

PROMESSA DE PROTAGONISMO PARA O HIDROGÊNIO VERDE

País pode ocupar lugar de destaque na produção do combustível do futuro, mas especialistas ressaltam importância de arcabouço regulatório e incentivos fiscais

Por *Erivelto Tadeu*



Costa, da ABHIC: desafio é reduzir o custo de produção do H2 verde — Foto: Divulgação

Apontado como a alternativa mais eficaz e sustentável para alavancar a transição energética das economias até 2050, o hidrogênio verde se tornou nos últimos anos o eixo central de vários países para a redução da emissão de gases de efeito estufa. O Brasil, apesar de ainda não ter uma política nacional voltada à produção de hidrogênio renovável, vem desenvolvendo alguns projetos por iniciativa de centros de pesquisa, empresas privadas e de Estados interessados em

aproveitar o potencial do gás de baixo carbono e seus derivados, como amônia verde e o diesel verde.

Para especialistas, o Brasil, mesmo atrasado em relação a algumas nações mais desenvolvidas, tem condições para assumir a dianteira na produção mundial de hidrogênio verde, já que possui grande diversidade de fontes de energia renováveis – solar, eólica e hídrica –, além de ser abundante na geração de biomassa proveniente da cana-de-açúcar e da cadeia de produção e industrialização de proteína animal. Para que isso se concretize, no entanto, eles ressaltam que o país precisa definir um arcabouço regulatório, criar incentivos fiscais e ter uma política federal para o setor.

Atualmente, existem dois projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional (PL 2.308/23 e PL 5.816/23) que dispõem sobre a definição legal de hidrogênio combustível e de hidrogênio verde. O PL 2.308/23, inclusive, institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono. No entanto, ambos ainda estão longe de atender às necessidades e atrair investimentos para o desenvolvimento de uma indústria local.

Paulo Alvarenga, CEO da thyssenkrupp para a América do Sul, observa que versões iniciais dos projetos de lei incluíam referências a subsídios e mandatos. “No entanto, esses elementos foram removidos das versões finais. Por serem questões legislativas, certos assuntos devem ser tratados por meio de regulamentações. Embora essas leis por si só não sejam suficientes, representam um passo crucial para abordar questões essenciais na concretização do mercado de hidrogênio verde no Brasil”, pondera.

A thyssenkrupp é uma das grandes fornecedoras de eletrolisadores, o equipamento que separa as moléculas da água pelo processo de eletrólise para produção de H₂V – a sigla do hidrogênio verde. Eles também são empregados na fabricação de amônia, a maneira mais econômica de armazenar e transportar o hidrogênio. Até o ano passado, a multinacional alemã mantinha um acordo de fornecimento dos equipamentos à brasileira Unigel para produzir esse insumo. No entanto, com a interrupção do contrato de prestação de serviços de industrialização das fábricas de fertilizantes (fafens) da Unigel na Bahia e em Sergipe com a Petrobras, e às voltas com prejuízos vultosos, o projeto foi paralisado.

A Bahia é um dos poucos Estados que têm um projeto de governo para o desenvolvimento de um ecossistema para produção de hidrogênio verde. O governo encomendou ao Cimatec, centro pesquisa, desenvolvimento e inovação do Senai-Salvador, uma série de estudos que culminou na elaboração do Atlas do Hidrogênio Verde, que mapeia o potencial do Estado para produção e uso de hidrogênio renovável e seus derivados.



Oliveira, do Senai Cimatec: atlas permite a criação de políticas públicas — Foto: Senai Cimatec/Divulgação

O atlas mostra onde é possível produzir hidrogênio verde num modelo competitivo, explica André Oliveira, gerente-executivo do Senai Cimatec. “Nós criamos um modelo capaz de fornecer inúmeras informações, porque pode ser que determinada região conte com energia elétrica, mas não disponha de água suficiente. Ou, então, não tenha uma indústria capaz de gerar um negócio. Com esses dados, o governo da Bahia poderá avaliar a viabilidade do local e estabelecer políticas

públicas para incentivar a entrada de empresas na produção de hidrogênio verde.”

O Nordeste é a região que concentra atualmente o maior número de projetos para produção de hidrogênio de baixo carbono por meio da criação dos chamados hubs de inovação. Um dos maiores e mais adiantados é o Hub de Hidrogênio Verde do Complexo do Pecém, no Ceará, fruto de uma joint venture entre o governo cearense e o porto de Roterdã, o principal da Europa.

Segundo o presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueirêdo, o hub já tem pré-contratos assinados com as empresas AES, Casa dos Ventos, Cactus Energia, Fortescue e uma quinta companhia cujo nome é mantido em sigilo por questões contratuais. O executivo diz que há outros contratos em processo de negociação, entre os mais de 35 memorandos de entendimento já assinados. “Somente esses cinco pré-contratos somam US\$ 8 bilhões em investimentos até 2030. Isso deve duplicar a quantidade de empregos diretos e indiretos na região, que hoje é de 80 mil.” Figueirêdo diz que as empresas têm até 2025 para assinar os contratos definitivos e iniciar a produção a partir de 2026.

Pernambuco é outro Estado da região que criou um hub de inovação para o desenvolvimento de tecnologias destinadas à produção hidrogênio verde. Trata-se do TechHub, centro de testagem que está sendo construído no Complexo Industrial Portuário do Suape, a 40 km do Recife. Numa primeira etapa, o hub vai selecionar projetos entre as 83 empresas instaladas no complexo industrial relacionados a hidrogênio de baixa emissão. Depois, serão aceitas também propostas externas que se adéquem ao propósito do empreendimento.

O TechHub é resultado de um acordo entre a Federação Alemã de Associações de Pesquisa Industrial (AIF) e o Senai-Pernambuco, que será o coordenador do laboratório. Ao todo, ele terá aporte de cerca de R\$ 21 milhões para investimento em até dez projetos que envolvam pequenas e médias empresas, startups e organizações de pesquisa e tecnologia dos dois países. O diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot, ressalta que o conceito do TechHub não é a produção em larga escala de hidrogênio verde. “O centro vai atuar com plantas-pilotos de desenvolvimento que, após análise de viabilidade técnica, poderão ser aplicadas em grande escala”, explica.

Embora os Estados do Nordeste concentrem a maioria dos anúncios de projetos de usinas de hidrogênio de baixa emissão, foi Goiás que saiu na frente. O Estado é o primeiro a operar uma planta de H2V, instalada na usina hidrelétrica de Itumbiara da Eletrobras. Construída em 2021, em parceria com a startup BGEnergy, no fim de 2023 a planta alcançou a produção acumulada de duas toneladas de H2V, o maior volume já atingido por uma planta industrial dessa natureza no Brasil.



Alvarenga, da thyssenkrupp: leis são essenciais para criar mercado — Foto: Carol Carqueiro/Valor

A planta de Itumbiara obteve no ano passado a primeira certificação brasileira de hidrogênio renovável (H2R) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Eletrobras também assinou, recentemente, um memorando de entendimento com o braço no Brasil da Paul Wurth, de Luxemburgo, para colaboração no mercado de produção e utilização de H2R em processos industriais. De acordo com o vice-presidente de comercialização e soluções em energia

da Eletrobras, Ítalo de Freitas, essas iniciativas visam oferecer soluções sustentáveis para indústrias descarbonizarem suas produções.

Os especialistas em energia renovável são unânimes em apontar a capacidade do Brasil de alcançar o protagonismo global e se tornar um polo exportador de hidrogênio verde, mas enfatizam que o país precisa urgentemente definir um arcabouço regulatório e criar uma política nacional para o desenvolvimento do setor. Outro entrave apontado por eles é o custo da energia para produção de hidrogênio de baixa emissão.

Segundo a Associação Brasileira de Hidrogênio e Combustíveis Sustentáveis (ABHIC), o custo da eletricidade produzida por fonte renovável para o processo de eletrólise é responsável por 50% a 70% do custo total de produção. O presidente da entidade, Sérgio Augusto Costa, diz que o principal desafio, não só no Brasil, mas no mundo todo, é reduzir o custo de produção de H2V dos atuais US\$ 5 a US\$ 6 por kg para US\$ 1,50 a US\$ 2, que é o custo de produção do hidrogênio cinza, aquele extraído do gás natural, por meio da reforma do gás metano.

“Caso se atinja um valor de US\$ 3/kg para a produção do H2V, por exemplo, essa diferença de US\$ 1/kg, comparada com o hidrogênio cinza, poderia ser coberta por um prêmio ou receita advinda de compensação ambiental como crédito de carbono. Ou seja, ainda há muito para reduzir no custo de produção, bem como melhorar o desempenho dos eletrolisadores na produção de H2V para cada US\$ 1 investido”, diz.

Costa sustenta que é praticamente impossível desenvolver essa nova indústria sem que haja condições atrativas para investidores. Segundo ele, a ABHIC entende que não existe ambiente atualmente para implementar subsídios no Brasil, apesar de o subsídio inicialmente ser necessário para que esse setor possa ser viabilizado. “Dessa forma, como é uma indústria incipiente, é fundamental haver o impulsionamento por outros meios, como o auxílio por meio de benefícios tributários, com isenções e desonerações fiscais. Neste caso, não haveria impacto orçamentário-financeiro para o governo, pois ainda não geram recursos”, defende Costa, acrescentando que, após a indústria se desenvolver, os benefícios tributários seriam reavaliados.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/05/2024

FORNECEDORES VEEM G-20 E COP30 COMO MOMENTOS ÚNICOS PARA O PAÍS

Fabricantes de máquinas e equipamentos ressaltam importância de regulação adequada para o Brasil se tornar potência energética verde

Por Marcia Corradini

A transição energética do Brasil, que pode colocá-lo como potência verde global, e seus novos marcos regulatórios prioritários – do mercado regulado de carbono à geração eólica offshore ou hidrogênio verde – estão no centro da preocupação dos fabricantes de máquinas e equipamentos para energia no país.

“Mais do que nunca, no setor de energia, a perspectiva deverá ser de extremo cuidado e atenção aos debates legislativos para que interesses políticos de diferentes sortes não desperdicem este momento único de presidir o G-20 e estar prestes a receber a COP30, em Belém”, assinala André Clark, vice-presidente sênior da Siemens Energy para a América Latina.

A falta de perspectivas legais, que preocupa os segmentos que produzem equipamentos para energia, está chegando ao limite de colocar em risco as cadeias de fornecedores, segundo Leonardo Euler, vice-presidente para assuntos regulatórios e institucionais da Vestas na América Latina e presidente do conselho de energia eólica da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).



Euler, da Vestas: desindustrialização precoce da indústria de aerogeradores — Foto: Silvia Costanti/Valor

“Tivemos pacotes massivos para incentivo à industrialização verde nos Estados Unidos com o Inflation Reduction Act (IRA), levando investimentos de fabricantes de aerogeradores para aquele país. Estamos falando muito de neointustrialização no Brasil, e esse é, de fato, um objetivo importante do governo. Contudo, nesse momento, a indústria de aerogeradores e, por consequência, a sua cadeia de suprimentos enfrentam um processo de desindustrialização precoce

e acelerado”, adverte Euler.

Atualmente, o Brasil é um dos poucos países do mundo com excedentes, como no agronegócio, produzindo entre 20% e 30% acima da sua própria demanda, sem contar novos projetos solares e eólicos em via de construção, que, quando concluídos, serão equivalentes entre uma e três vezes o consumo interno, tornando o país, quando a regulamentação nacional assegurar, atraente para grandes consumidores de energia: os eletrointensivos.

Enquanto o futuro de bens de capital para energia não se aclara, as carteiras de encomendas para 2024 estão, em média, mais elevadas que no ano passado. E a melhora se registra desde os pedidos de pequenos atores do setor. Um exemplo é a Bolt Energy e sua controlada BOWe, capitaneadas por Gustavo Ayala, que após a nova regulamentação da geração distribuída (GD) reforça seus planos de investimentos em equipamentos para distribuição e está de olho na exportação de energia para o Uruguai.



Clark, da Siemens Energy: atenção a debates legislativos — Foto: Julio Bittencourt/Valor

A projeção do grupo, neste ano, é saltar da venda de 10 MW para 300 MW, principalmente expandindo a oferta ao varejo e estreando no ramo de hospitais, além da demanda maior de seus tradicionais clientes dos cerca de 300 contratos que vão de mineração a petróleo e gás. Baseada 95% na geração de energia solar, a Bolt, que entrou na distribuição em 2012 a partir de miniusinas hidrelétricas (CGHs), tem na diversificação de fontes seu desafio para a expansão

dos contratos de distribuição.

“Dada nossa vocação no pré-sal, estamos explorando as oportunidades no biogás, como o metano em arrendamentos em grandes fazendas de pecuária, e também testando, para demanda de pico, as grandes baterias de carros elétricos, que baratearam muito e ampliaram significativamente sua autonomia”, adianta Ayala. Seus investimentos em máquinas e softwares, especialmente os de gestão e supervisão de linhas, estão projetados em R\$ 40 milhões para este ano.

Na gigante alemã Siemens Energy, duas grandes encomendas destacam-se em 2024. A primeira é o contrato com a Eletrobras-Furnas para a revitalização e modernização da linha de transmissão entre Itaberá (SP) e Ivaiporã (PR), conectada à hidrelétrica de Itaipu. O projeto, em regime “turnkey”, tem entrega prevista para 2026, com um valor de mais de R\$ 1 bilhão, e contempla o fornecimento de novos bancos série de compensação reativa.

A segunda é o contrato do polo de gás natural no porto de Açu (RJ), onde a Siemens Energy, aliada à Prumo Logística, BP e SPIC Brasil, é uma das principais acionistas e fornecedora exclusiva de tecnologias neste que é o maior parque termelétrico a gás natural da América Latina, com duas usinas termelétricas de ciclo combinado movidas a gás natural, com capacidade de 3 GW.

A dinamarquesa Vestas, líder de turbinas eólicas que opera em 88 países, tem em sua fábrica em Aquiraz (CE) mais de 2 GW de projetos em execução no Brasil. Os dois maiores são os parques eólicos Serra do Tigre (RN) e Babilônia Centro (BA), da Casa dos Ventos. Esses contratos de 1,3 GW preveem a fabricação e a instalação de 291 turbinas, além de serviço de manutenção por 25 anos. Somados, representam um investimento total da ordem de R\$ 9 bilhões.



Ayala, da Bolt Energy: expansão junto ao varejo e estreia em hospitais — Foto: Germano Lúders/Divulgação

Além disso, no primeiro trimestre de 2024, a Vestas concluiu a construção de outros sete parques eólicos no Nordeste do país (Seridó, Aroeira, Catanduba, Umari, Kairós, Serra das Vacas e Novo Horizonte), que juntos somarão 1,5 GW de capacidade instalada. Para Euler, da Vestas, o mercado seria mais justo à competição com a ampliação dos contratos livres, hoje restritos a empresas de médio e grande portes que contam com desconto em média 30% nas suas contas

de eletricidade, com a vantagem de fontes de energia 100% renovável. “Mas a maioria dos consumidores e as empresas menores estão no mercado regulado, atendidos exclusivamente pelas distribuidoras, sem liberdade de escolha, e isso precisa mudar”, afirma.

Desde 2012, sua fábrica de Aquiraz já respondeu por mais de 7 GW instalados no país, com uma cadeia de suprimentos doméstica de mais de cem fornecedores em dez Estados. Segundo ele, o Brasil pode se tornar, com regras claras, um importante hub de exportação de aerogeradores.

A Nordex, de Hamburgo (Alemanha), outro fabricante de turbinas eólicas, está trabalhando em 2024, principalmente, no fornecimento do parque eólico do Feijão, que pertence ao grupo Green Investment, gestor de ativos do grupo australiano Macquarie, em parceria com o grupo norueguês Hydro, onde prevê instalar 80 aerogeradores. De acordo com Felipe Ramalho, diretor-presidente do grupo Nordex no Brasil, neste ano o setor está se recuperando da baixa demanda de energia de 2023, ante os altos juros, e “se percebe mais contratos de energia de longo prazo [os PPAs] no mercado, elevando a demanda por mais equipamentos”.

No ano passado, a Nordex fechou contratos para dois novos parques eólicos que totalizam 200 MW em Pedra Preta (RN) e planeja, neste ano, manter fábricas de torres, naceles e moldes de pás e seus componentes em operação no Brasil, ainda que com produção reduzida.

A Aeris Energy, principal fabricante de pás eólicas da América Latina, decidiu para 2024, enquanto aguarda a retomada das encomendas de equipamentos, fortalecer sua controlada, a Aeris Service, que conta com uma unidade em Fortaleza (CE) e outra em Houston, no Texas, Estados Unidos. É uma divisão de serviços criada em 2013 para atender o mercado eólico com serviços de reparos, pinturas, limpeza, manutenções preventivas e corretivas até as inspeções fotográficas “Crescendo a cada ano, esse projeto deve representar entre 7% e 10% da nossa receita neste ano. Queremos chegar até 20% nos próximos anos”, comenta José Azevedo, CFO da Aeris Energy.

Outra expansão da receita virá das exportações, que neste ano devem representar 5% da receita, com perspectiva de crescimento de 30% a 40% em 2025, projeta Azevedo. A Aeris fez recentemente a extensão de contrato para fornecimento à Vestas, que pode representar um incremento para pás eólicas de múltiplos modelos, com capacidade equivalente a até 8,8 GW. A projeção de faturamento, com as potenciais encomendas e serviços para a carteira de pedidos, é de R\$ 7,6 bilhões até a entrega em 2025, contando com encomendas dos Estados Unidos, Chile, México, Argentina. Azevedo prevê que o mercado eólico brasileiro não ultrapasse os 2 GW a 3 GW por ano até 2030.

Também a alta demanda gerada por severas alterações climáticas, blackouts e faltas prolongadas de energia em pequenas e médias empresas levaram a TS Shara a intensificar a produção de nobreaks, estabilizadores de energia e PDUs com gerenciamento remoto inteligente e autotransformadores, entre os seus 250 tipos de equipamentos. “Nos últimos quatro anos, elevamos a produção em mais de 140%”, conta Jamil Mouallem, diretor comercial e de marketing da TS Shara. Segundo ele, também contribuiu para a alta demanda a área de infraestrutura de TI, que, aliada à retomada econômica e aos novos investimentos em tecnologia, levou ao crescimento do faturamento acima de 30% em relação ao ano anterior (2023/2022).

Para a TS Shara, uma nova regulamentação do mercado livre de energia contribuiria para o crescimento da oferta de energia e aumentaria a demanda dos consumidores, estimulando investimentos em equipamentos, seja para redes domésticas ou corporativas ou para apoiar o funcionamento de dispositivos autônomos e IoT (internet das coisas), isso sem mencionar o abastecimento de carros elétricos, cujas frotas vêm crescendo sensivelmente em nível global. “Acreditamos que equipamentos de eficiência energética, associados ao modelo de energia limpa, já são a tendência”, diz Mouallem.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/05/2024

EÓLICA OFFSHORE IMPULSIONA O FUTURO ENERGÉTICO DO PAÍS

Energia dos ventos pode elevar em 3,6 vezes a capacidade total de geração brasileira nos próximos anos

Por Jacílio Saraiva



Mello, do Senai: bons recursos eólicos, do Piauí até o Amapá — Foto: Michelle Fioravanti/Divulgação

A produção de energia pela força dos ventos continua em alta no Brasil e está prevista nova escalada de investimentos nas próximas décadas. A aposta é na entrada da geração eólica offshore ou captada com aerogeradores instalados no mar, atividade que ainda depende de regulamentação federal.

Segundo especialistas no setor, o interesse de investidores pelo modelo de captação inédito no país é grande: pelo menos 92 projetos já solicitaram pedidos de licenciamento ambiental, de olho na abertura do mercado.

Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indica que a produção de energia eólica offshore pode fazer o Brasil aumentar em 3,6 vezes a capacidade total de geração nos próximos anos, alcançando o patamar de 700 gigawatts (GW) – e ainda turbinar a descarbonização da economia, com mais uma opção de energia limpa.

De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), a energia dos ventos no país (no modelo tradicional ou onshore, em terra firme) tem capacidade instalada de 31 GW e representa 14,5% da matriz elétrica nacional, ficando atrás apenas das hidrelétricas (70%). “São mais de mil

parques eólicos em 12 Estados”, diz Elbia Gannoum, presidente-executiva da entidade, que afirma que os recursos continuam em curva crescente.

Entre 2022 e 2023, a capacidade instalada registrou um aumento de 18,7%, relata Gannoum, e abasteceu 47,5 milhões de residências. “Alcançamos um recorde no ano passado, com a instalação de 4,8 GW de capacidade”, destaca. “E projetamos implementar mais 4 GW, até o final de 2024.” Na visão da especialista, para o setor produzir ainda mais energia, é necessário criar uma “política industrial verde” e ampliar as redes de transmissão. A eólica offshore também está no centro do debate para acelerar a transição energética para fontes de energia limpa, explica.

“Assim como o hidrogênio verde, a eólica offshore será uma nova etapa da indústria de renováveis”, afirma. “Essas duas tecnologias são protagonistas na ‘neointustrialização’ do país. Mas é necessário dar celeridade às discussões que envolvem a aprovação do marco regulatório.” Segundo Gannoum, se a regulamentação for consolidada em 2024, a expectativa é inaugurar os primeiros parques offshore em 2030 ou 2031.



Gannoum, da ABEEólica: falta política industrial verde — Foto: Flávia Valsani/Divulgação

Aprovado pela Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 11.247/18, que normatiza a produção eólica offshore, foi encaminhado ao Senado no fim do ano passado. O texto é considerado pelo governo federal como uma das prioridades para 2024. Depois que o Congresso aprovar o PL, a etapa posterior deve ser a realização de leilões de cessão do uso do mar, considerado bem da União.

De acordo com a ABEEólica, o Brasil tem 1.500 GW de potencial em eólicas onshore e offshore. A criação de uma legislação específica para o novo segmento, segundo analistas, pode facilitar a atração de aportes via Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico e Social (BNDES).

Há bastante interesse de investidores e do governo na exploração do offshore, diz a presidente da ABEEólica. Para o Brasil, a tecnologia é estratégica para diversificar a matriz elétrica, pontua. “Será possível abrir uma janela de oportunidades de desenvolvimento socioeconômico e na criação de empregos.”

Da parte das empresas investidoras, é uma chance de explorar um potencial de 700 GW, estimativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em áreas marinhas com profundidade de até 50 metros. “Um GW de eólica offshore pode representar de US\$ 2,5 bilhões a US\$ 5,4 bilhões de investimentos”, complementa Gannoum.

A dirigente da ABEEólica lembra que a geração de eólica offshore é mais cara do que a tradicional. Baseada em estudos, ela avalia que o custo estimado de projetos no Brasil alcançaria patamares de aproximadamente R\$ 332,76 por megawatt-hora (MWh), ante R\$ 250 por MWh, média registrada em outros modelos de captação. “Mas o custo tem caído nos últimos cinco anos, como ocorreu com as eólicas onshore e os painéis solares.”

Dados do Global Wind Energy Council (GWEC), ou Conselho Global de Energia Eólica, apontam que a tecnologia terá um declínio de custo de energia (LCOE, na sigla em inglês) de 35% a 49%, nos próximos dez anos. “Essa queda é associada ao avanço tecnológico do setor e à existência de um marco legal”, informa o GWEC.

Enquanto isso, as produtoras onshore e do nicho de óleo e gás se preparam para a ampliação do mercado, relata a entidade: montam equipes, submetem projetos para licenciamento ambiental no Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] e agora dependem da legislação para garantir um fluxo de investimentos.



Araripe, da Casa dos Ventos: investimentos de R\$ 12 bilhões até o fim de 2026 — Foto: Leonardo Rodrigues/Valor

Lucas Araripe, diretor-executivo da Casa dos Ventos, empresa referência no campo das renováveis com um portfólio de 3,3 GW em operação e construção, não descarta o avanço no mar. “Estamos sempre avaliando negócios”, afirma. “Mas, no momento, ainda há um potencial grande de ventos onshore para serem aproveitados, com menor custo de geração e maior competitividade.”

Araripe diz que a geração de energia eólica em alto-mar traz desafios logísticos e custos maiores de instalação e operação. A estimativa é de uma produção três vezes mais cara do que em terra firme, compara.

A Casa dos Ventos tem uma agenda de projetos em desenvolvimento de 30 GW de capacidade, nas fontes eólica e solar. Os eólicos estão em dez Estados, como Bahia e Rio Grande do Norte.

“O plano é realizar investimentos de mais de R\$ 12 bilhões, até o final de 2026”, diz Araripe. O montante será direcionado para a expansão da eólica e solar e no desenvolvimento dos primeiros projetos de hidrogênio verde. No ano passado, a Casa dos Ventos ganhou reforço na operação, com a entrada da multinacional francesa TotalEnergies como sócia.

Segundo Sergio Fonseca, diretor de desenvolvimento de negócios da CTG Brasil – parte da China Three Gorges Corporation, considerada uma das maiores investidoras globais em geração de energia eólica offshore, com cerca de 5 GW instalados na China e na Europa –, o grupo tem interesse na evolução da eólica nos oceanos como uma fonte adicional e complementar aos contratos em curso. “Mas o desenvolvimento da eólica offshore requer regras específicas para a outorga de áreas e uma política governamental que promova o arranque da indústria e da infraestrutura portuária adequada”, pontua o executivo.

Fonseca revela que a CTG Brasil já está trabalhando em um estudo sobre a viabilidade de projetos. “O objetivo é identificar os ‘estrangulamentos’ fabris, como a cadeia de abastecimento, e os desafios de infraestrutura, com portos e redes de transmissão”, afirma. “Esperamos que a offshore seja competitiva em relação à solar e à eólica em terra firme depois de 2030.” A empresa mantém investimentos em 17 usinas hidrelétricas e onze parques eólicos no país, com capacidade instalada de 8,3 GW.

Raul Gil Boronat, CEO na América Latina da Prysmian, de cabos submarinos, já acompanhou de perto projetos de eólicas offshore na Europa e diz que o Brasil tem condições de tornar o “preço” da nova atividade “muito competitivo”, em relação aos praticados em outros países.

“Temos um litoral extenso, muito vento e costas com baixas profundidades, principalmente no Nordeste”, assinala. “Estudos da EPE estimam potencial de gerar uma capacidade três vezes maior que toda a atual capacidade energética brasileira”, diz. Entretanto, o desafio não acaba na instalação dos projetos, pontua. “Seja na energia eólica ou solar, a grande dificuldade do momento é expandir a interligação entre os polos geradores de energia, sobretudo no Nordeste, e os grandes centros consumidores do país”, avalia.

Rodrigo Mello, diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Norte (Senai-RN) e do Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis (ISI-ER), diz que as duas entidades estão envolvidas em um levantamento sobre o potencial eólico do litoral brasileiro, por conta da expectativa de negócios.

“Os primeiros dados do estudo trazem uma perspectiva de bons recursos eólicos, a partir do Piauí, em direção a regiões mais ao norte, até o Amapá”, explica. Os resultados da pesquisa devem ser divulgados na 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), em novembro de 2025, em Belém (PA).

Até lá, a expectativa em relação ao início dos projetos sobre as ondas ganha tração. Dados do Ibama indicam que o órgão já recebeu pedidos de licenciamento ambiental para 92 empreendimentos de captação de energia eólica no mar. “O conjunto totaliza quase 220 GW em capacidade instalada ou o equivalente a 15 usinas de Itaipu”, diz o pesquisador Renato Machado Monaro, professor do departamento de engenharia de energia e automação elétricas da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

“O Nordeste é a região líder em número de projetos, com 47, antes do Sul, com 27”, diz Monaro, que analisou os números do Ibama. “Os principais interessados são multinacionais de energia eólica e do setor de óleo e gás, como a Petrobras.”

A companhia brasileira anunciou em março que planeja sete projetos, com potencial para a geração de até 30 GW, em parceria com a norueguesa Equinor. Os investimentos serão feitos no litoral de Estados como o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Piauí e Ceará.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/05/2024



AGÊNCIA BRASIL - DF

FOLHA DE PAGAMENTO DE 17 SETORES SERÁ REONERADA A PARTIR DE 2025

Governo anuncia acordo após reunião com políticos

Por Welton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Após um acordo entre o governo, o Congresso Nacional e representantes de 17 setores da economia, a folha de pagamento para essas atividades continuará desonerada neste ano, mas haverá alíquotas gradualmente recompostas entre 2025 e 2028.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), detalhou o fechamento do acordo após reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o líder do Governo do Senado, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

“Isso é importante porque vamos dar respaldo a uma receita da Previdência, e é da lógica da reforma da Previdência o equilíbrio das contas. Quando a gente pega o sacrifício de um trabalhador que tem de, às vezes, trabalhar um ano, dois anos, três anos a mais, como aconteceu com a reforma da Previdência, temos que compreender que, da parte da receita, tem que haver uma correspondência do mesmo esforço”, disse Haddad no Senado.

A reoneração começa no próximo ano, com a contribuição patronal dos 17 setores à Previdência Social sendo feita da seguinte forma:

- 2024: desoneração total;
- 2025: alíquota de 5% sobre a folha de pagamento;
- 2026: alíquota de 10% sobre a folha de pagamento;
- 2027: alíquota de 15% sobre a folha de pagamento;
- 2028: alíquota de 20% sobre a folha de pagamento e fim da desoneração.

Modulação

Antes de anunciar o acordo no Senado, Haddad se encontrou com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça e Luiz Fux. O ministro da Fazenda afirmou que o governo pedirá ao Supremo a modulação da liminar concedida pelo ministro do STF, Cristiano Zanin, que barrou a desoneração da folha salarial de setores da economia. Por meio da modulação, o Judiciário pode dar aval ao acordo para o encerramento gradual do benefício.

Prorrogada até o fim de 2027, após a aprovação de um projeto de lei que cinco ministros do Supremo consideraram inconstitucional, a desoneração da folha de pagamento permite que empresas de 17 setores substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre a folha de pagamento dos empregados, por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Em vigor desde 2012, a desoneração permite que as empresas dos setores beneficiados contribuam menos para a Previdência Social e, em tese, contratem mais trabalhadores.

No fim do ano passado, o Congresso aprovou o projeto de lei que também reduziu de 20% para 8% da folha a contribuição para a Previdência Social de pequenos municípios. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o texto, mas o Congresso derrubou o veto no fim do ano passado.

Nos últimos dias de 2023, o governo editou uma medida provisória revogando a lei aprovada. Por falta de acordo no Congresso para aprovar o texto, o governo concordou em transferir a reoneração para projetos de lei.

No entanto, no fim de abril, a Advocacia-Geral da União recorreu ao Supremo. O ministro Cristiano Zanin, do STF, acatou o pedido de suspensão imediata da desoneração da folha e da ajuda aos pequenos municípios. Desde então, o governo vem tentando chegar a um acordo com os 17 setores da economia.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 10/05/2024

"NAVIO TERÁ MULTA SE NÃO DESCARBONIZAR COMBUSTÍVEL", ALERTA MERCADANTE

Para ele, país precisa estar preparado para mudanças
Por Léo Rodrigues -Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro



O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES), Aloizio Mercadante, chamou a atenção, nessa quinta-feira (9), sobre mudanças nos combustíveis para a navegação e a aviação. As regras são definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que vem adotando medidas com o objetivo de reduzir as emissões de carbono, num esforço para mitigar os efeitos do aquecimento global. De acordo com Mercadante, o país precisa estar preparado, e o BNDDES vem se debruçando sobre a questão.

"A ONU é mandatária sobre navegação e espaço aéreo. No espaço aéreo, já estão dados a data e o volume do combustível renovável que terá que ser adotado a partir de 2027. Nós estamos financiando a produção de SAF, que é o combustível sustentável da aviação", disse Mercadante, durante apresentação do balanço financeiro do BNDDES referente ao primeiro trimestre de 2024.

Em sua visão, a maior preocupação envolve, no entanto, a navegação marítima. "Cerca de 90% de todo o transporte de mercadorias do planeta são feitos por navios. Eles terão multas se não descarbonizarem o combustível. E temos um problema logístico para chegar, por exemplo, à China. Nosso navio demora muito mais tempo do que, por exemplo, o da Austrália. Com isso, podemos perder competitividade. E o BNDDES está debruçado sobre isso", explicou.



Uma das ferramentas que o país possui para fomentar essa transição energética é o Fundo da Marinha Mercante, que existe desde 1958 e é voltado para promover o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval nacional. São vários gestores, mas o BNDES responde por 75%. Segundo Mercadante, por meio do fundo, estão em processo de contratação R\$6,6 bilhões, envolvendo balsas, rebocadores, empurradores para transporte de grãos e minério, entre outras embarcações.

Apesar dos desafios, ele vê uma oportunidade. "No curto prazo, para adaptar os navios, a melhor resposta é o etanol e o metanol, dos quais o Brasil é o segundo maior produtor. Nós temos a produção de etanol mais evoluída, que é o de segunda geração. É o mais eficiente, o que mais descarboniza. Podemos entrar nesse mercado". O presidente do BNDES afirmou que, para atender à demanda, será preciso dobrar a produção de etanol no Brasil.

Subsídio à aviação

O BNDES também está estudando uma forma de apoiar as empresas aéreas, tendo em vista que o setor ainda sente os prejuízos acumulados ao longo da pandemia de covid-19, quando as medidas de distanciamento social reduziram drasticamente a locomoção das pessoas, incluindo o transporte para negócios e turismo. A alternativa que vem sendo discutida envolve o Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC). Ele conta com recursos de contribuições provenientes das atividades ligadas ao próprio setor. "Esse fundo poderia ser acionado como garantidor para que possamos operar e oferecer crédito. Temos uma discussão em andamento", diz Mercadante.

Segundo ele, as empresas vivem um bom momento. "Elas estão bem. O faturamento é crescente, os resultados são excelentes. Mas elas têm um passivo da pandemia. Os aviões ficaram no chão praticamente um ano e elas pagando leasing, tendo que manter equipes de profissionais, pagando taxas aeroportuárias. Foram custos muito pesados e as empresas sem faturamento. O Brasil não adotou nenhuma medida naquele período".

Mercadante também afirmou que, em diversos países, o setor recebeu apoio para suportar os prejuízos do período. "Depois da pandemia de covid-19, houve subsídios à aviação no mundo inteiro. Houve nos Estados Unidos, em quase todos os países europeus, na Índia e em outros. A China sempre fez isso. E é muito importante para um país do tamanho do Brasil ter o setor estruturado. A gente não chega em muitos locais importantes do território nacional se não tiver empresas que tenham uma visão sistêmica do país e que deem prioridade ao Brasil. A disposição do BNDES é contribuir para que essas empresas resolvam a situação".

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 10/05/2024

AERONAVES PRIVADAS DE SÃO PAULO LEVAM 2,5 TONELADAS DE DOAÇÕES AO RS

Aeródromo é ponto de partida de jatos

Por Daniel Mello - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

Empresários e pilotos já enviaram 2,5 toneladas de mantimentos ao Rio Grande de Sul a partir do Aeroporto do Campo de Marte, na zona norte de São Paulo. O aeródromo é ponto de partida de jatos privados.

Nos últimos dias, foi organizada uma campanha para recebimento de doações no hangar da empresa de aviação executiva Mine Too. Empresários disponibilizaram aeronaves, foram feitas doações de combustíveis e pilotos comandaram quatro voos de forma voluntária.

Os mantimentos recebidos no local, no entanto, superam as doações de combustível necessárias para levar todo o material para as famílias atingidas pelas fortes chuvas no Rio Grande do Sul.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 040/2024
Página 62 de 62
Data: 10/05/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Por isso, parte do material está sendo enviado também de caminhão para a região. No total, já foram enviadas, por terra e avião, mais de 20 toneladas de água, três toneladas de roupas e remédios e 12 toneladas de alimentos.

FAB

Em todo o país, a Força Aérea Brasileira (FAB) emprega 17 aeronaves para enviar doações aos municípios atingidos, além de apoiar os trabalhos de resgate. Segundo o último balanço divulgado pela Aeronáutica, já foram enviadas 108 toneladas de doações.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 10/05/2024



MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 10/05/2024